

revista

poli

saúde
educação
trabalho

Ano IX – Nº. 49 – jan./fev. 2017



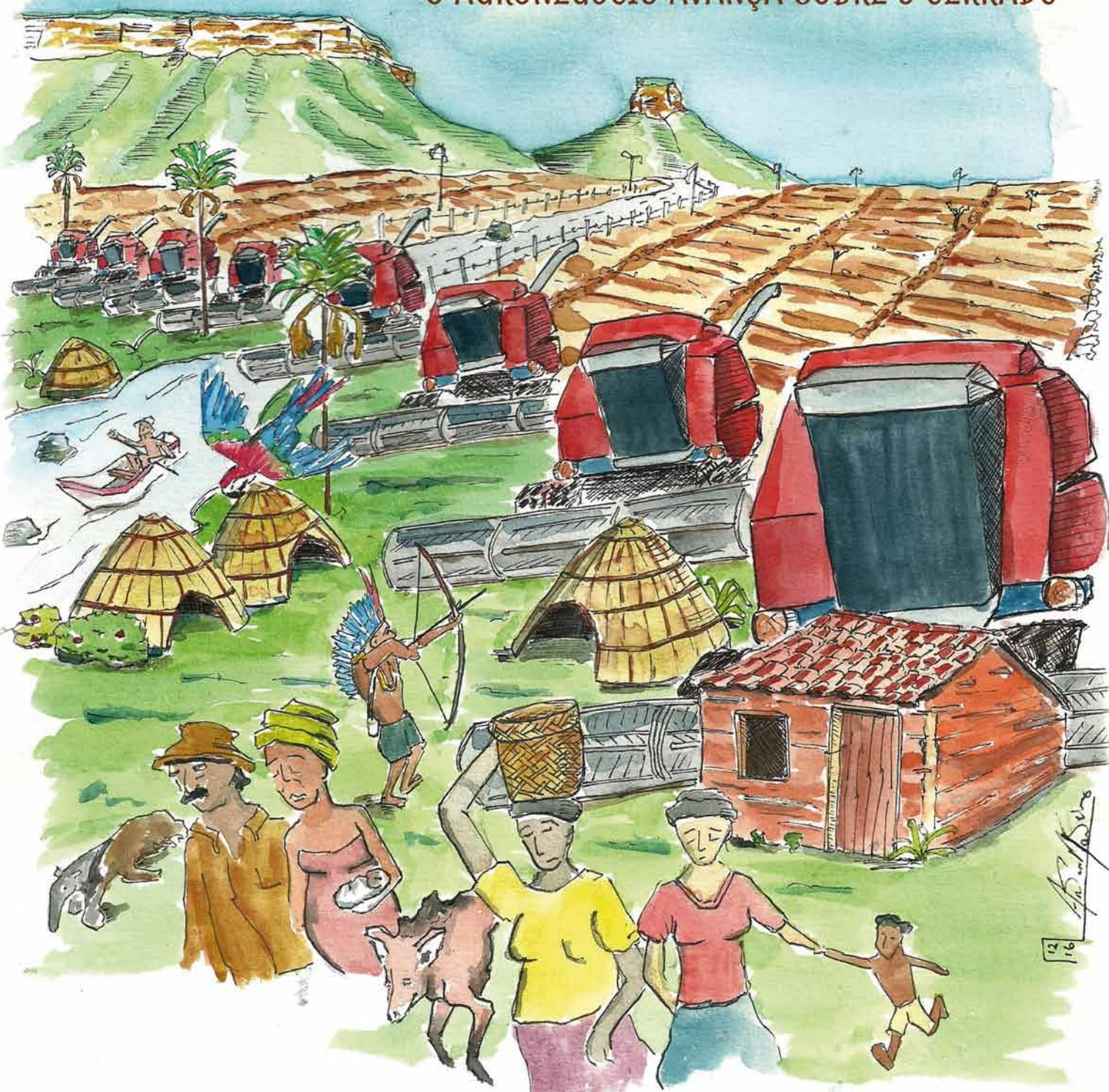
Mala Direta
Básica

9912340195/2013-DR/RJ
Flocruz



MATOPIBA

O AGRONEGÓCIO AVANÇA SOBRE O CERRADO





Conheça o

Poli

Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

www.epsjv.fiocruz.br

Ano IX - Nº 49 - jan./fev. 2017

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde ISSN 1983-909X

Editores e Repórteres

André Antunes / Cátia Guimarães / Maíra Mathias / Raquel Júnia

Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca / Maycon Gomes

Capa

Ilustração: Artur Monteiro

Mala Direta e Distribuição

Valéria Melo / Tairone Cardoso

Coordenador de Comunicação, Divulgação e Eventos

Marcelo Paixão

Comunicação Interna

Talita Rodrigues

Editora Assistente de Publicações

Gloria Carvalho

Assistente de Gestão Educacional

Solange Maria

Tiragem

10.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Gráfica

COAN Industria Gráfica Ltda

Conselho Editorial

Alexandre Moreno / Isabela Cabral, Adeline Pereira / Ieda Barbosa / José Orbílio / André Feitosa / Ana Beatriz de Noronha / Leandro Medrado / Leandro Nardarcio / Maria Cecília Carvalho / Marcela Pronko / Páulea Zaquini / Paulo César de Castro Ribeiro / Sergio Munck / Marco Antônio Santos / Maria Emília Rossignieux / Telma Frutuoso / Andrea Oliveira / Elenice da Cunha

PANORAMA

2

RADAR DOS TÉCNICOS

4

Matopiba: na fronteira entre a vida e o capital

6

ENTREVISTA

Ana Julia Ribeiro – ‘Os jovens estão indignados com o descaso do governo com a educação pública’

16

PRIVATIZAÇÃO

Quem quer comprar?

MILITARIZAÇÃO

O Estado apresenta suas armas

20

O QUE É O QUE FAZ

Supremo Tribunal Federal

31



Receba a Poli: formulário pelo site www.epsjv.fiocruz.br/recebaarevista

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305
Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro CEP.: 21040-360
Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 comunicacao@epsjv.fiocruz.br

Assine Nosso Boletim pelo site www.epsjv.fiocruz.br

LUIZIO ROCHA / ENGAJAMUNDO



Blairo Maggi recebe da organização Engajamundo um colar de pérolas por suas declarações durante a COP 22

» Agricultura insustentável

Na contramão de todos os dados sobre desmatamento e violência no campo, o Ministro da Agricultura Blairo Maggi declarou durante a Conferência Mundial do Clima (COP 22), realizada em novembro de 2016, em Marrakesh, que a agricultura brasileira é a mais sustentável do mundo e que, no Brasil, as situações de violência no campo acontecem por conflitos pessoais. A fala logo foi confrontada por organizações presentes no evento, que mostraram que o país é responsável por um terço das mortes de ambientalistas em todo o mundo. Dados divulgados preliminarmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) também contradizem as declarações do ministro. “Enquanto o governo tenta fechar os olhos aos fatos, as violências e os conflitos crescem. Até final de outubro de 2016, o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da CPT, já registrava o mesmo número de assassinatos registrado em todo o ano 2015. Ainda estão sob análise diversos outros casos, exatamente para se evitar que sejam inseridos dados em que não haja clareza quanto à sua motivação. Comparados estes assassinatos aos de igual período de 2015 (41 assassinatos), são 22% a mais”, publicou a entidade. Ainda de acordo com a CPT, os dados parciais de 2016 mostram que o número de famílias expulsas por ações de pistolagem cresceu 110%, 39 pessoas foram assassinadas contra 31 no ano anterior e os ameaçados de morte passaram de 64 em 2015 para 103 em 2016. A CPT também denunciou recentemente a extinção, pelo governo Temer, da Ouvidoria Agrária Nacional, que havia sido criada com o objetivo de prevenir e mediar conflitos no campo.

» Agricultura insustentável 2

A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida repudiou recentemente a divulgação feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) acerca dos riscos para a saúde na utilização de agrotóxicos. De acordo com a Agência, os resultados do Programa de Avaliação dos Resíduos de Agrotóxicos nos Alimentos (PARA) mostraram que, entre 2013 e 2015, apenas 1% das amostras analisadas representou risco agudo à saúde. Para a Campanha, o resultado é contraditório com outros dados oficiais sobre o uso de agrotóxicos no país – já que em 2014 o consumo aumentou 11% em relação aos anos anteriores – e com as próprias edições anteriores do PARA, que mostraram índices maiores e chamaram atenção para o risco de doenças relacionadas aos venenos. A Campanha alertou também que o monitoramento da Anvisa não testou os dois venenos mais utilizados no Brasil – Glifosato e 2,4 D, segundo o Ibama. “A conclusão de que apenas 1% dos alimentos analisados representa risco agudo à saúde oculta diversos outros riscos. O primeiro deles é das doenças crônicas, como câncer, depressão, suicídio, doença celíaca e outras que aparecem ao longo de muitos anos de exposição. Outra falha grave é desconsiderar a multiexposição, já que, como mostra o próprio relatório, uma grande parte das amostras apresenta mais de um agrotóxico. Não se sabe os efeitos disso para a saúde”, diz a nota. A Anvisa afirmou ainda que a lavagem dos alimentos em água corrente com bucha e escova seria suficiente para diminuir os riscos, o que, na leitura da Campanha, é uma irresponsabilidade. “Afirmar a lavagem de alimentos como possível solução é um perigo para a sociedade, e demonstra um gravíssimo retrocesso no PARA, e na Anvisa em geral. A quase totalidade dos agrotóxicos possuem ação sistêmica, ou seja, operam ‘por dentro’ e não na superfície dos vegetais”, respondeu.

» OSs da saúde se organizam

As Organizações Sociais que trabalham na gestão dos serviços públicos de saúde se organizam agora por meio de uma entidade representativa nacional. O Ibross (Instituto Brasileiro das Organizações Sociais da Saúde) foi criado, segundo os seus dirigentes, com o objetivo de aperfeiçoar o trabalho das OSs no SUS. No entanto, na cerimônia de lançamento, o presidente do instituto, Renilson Rehem de Souza, deu outras pistas sobre o porquê da criação da entidade: “Nos preocupa a ideia de que alguns acham que a OS é um problema e outros que acham que é a solução de tudo. Se a OS for bem trabalhada, com um bom contrato, é um grande instrumento para termos saúde de qualidade”, disse, mostrando que a entidade também se destina a ter uma resposta mais efetiva às críticas e defender esse modelo de gestão.

» Governo brasileiro é denunciado à OEA por prejuízos à saúde e à educação



Os cortes orçamentários na Educação e na Saúde pelos próximos 20 anos em decorrência da aprovação da PEC do teto de gastos foi objeto de uma denúncia feita por 17 organizações brasileiras à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), no último mês de dezembro, na cidade do Panamá. As organizações denunciaram também iniciativas do governo Temer que desmontam políticas voltadas aos direitos humanos, como a extinção dos ministérios da Igualdade Racial, das Mulheres, da Juventude e dos Direitos Humanos e a interrupção de iniciativas como o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita), o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados e o Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos.

Também foi denunciado o projeto de lei 867/2015 que institui o programa Escola sem Partido. “Se trata de uma ‘Lei da Mordaça’, restringindo o direito à plena liberdade de ensino e aprendizagem, fator essencial para uma educação como prática da liberdade”, reiterou o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara.

» Judicialização da Saúde

Por meio de um acordo com o Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Justiça, o Hospital Sírio Libanês está ministrando oficinas destinadas a juizes com o objetivo de embasar as decisões em processos judiciais relacionados aos SUS. A primeira oficina aconteceu no final do ano passado e a previsão é de que sejam realizadas outras etapas de formação, além do apoio à criação de uma base de dados e ferramentas de consulta para os juizes. Para o professor-pesquisador da EPSJV/Fiocruz, Felipe Machado, o apoio técnico sobre o SUS aos magistrados é importante, a questão é o ponto de vista de quem oferece essa formação. “Há, por exemplo, uma pactuação na qual o município é responsável pela atenção básica e o estado por uma atenção mais especializada. Como o juiz ignora isso, fala, na decisão, que os entes são solidários. Então, à medida que você qualifica o trabalho do juiz, mostrando que existe todo um processo histórico de pactuação entre entes federativos, de uma definição de listas de medicamentos, o que vale a pena o que não vale a pena, isso é muito positivo. A questão é quem faz esse trabalho”, pondera. Segundo Felipe, chama a atenção o fato de a formação estar sendo oferecida por uma instituição privada, que pode usar esse papel para defender interesses próprios. “Há um movimento de aproximação cada vez mais forte entre o setor privado da saúde e o Judiciário, e a tendência tem sido a da redução da garantia do direito, levando para a disponibilização de procedimentos estritamente caros. Muitos

dos diagnósticos e dos medicamentos que são demandados na justiça sequer são acessíveis para as pessoas que utilizam o SUS no cotidiano, porque você precisa no mínimo falar inglês, entrar no site de uma universidade estrangeira, ler um artigo científico, estar antenado com inovação tecnológica para saber que isso existe. Então, eu não sei se uma associação com o Sírio Libanês vai aumentar a garantia do direito à saúde”, alerta. O pesquisador lembra que a própria Fiocruz já exerceu um trabalho semelhante de apoio ao judiciário por meio de uma parceria entre a Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), o Tribunal de Justiça do Rio e a secretaria estadual de saúde. “Mas não dá para falar que o interesse da Ensp em um processo como esse é o mesmo do Sírio”, complementa.

PROJETO DE LEI MODIFICA AS ATRIBUIÇÕES DOS ACS E ACE

PORTAL ENSP

Tramita na Câmara dos Deputados um novo projeto de lei que altera o perfil do trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE). Trata-se do PL 6437/2016, de autoria do deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE). O projeto modifica a lei 11.350/2006, que regulamenta as atividades dos agentes, estabelecendo novas atribuições, inclusive privativas, e a necessidade de ensino médio completo para exercer a profissão.

A presidente da Confederação Nacional dos ACS e ACE (Conacs), Ilda Angélica, afirma que a entidade apoia as alterações, que incluem, por exemplo, a possibilidade de os ACS aferirem pressão e realizarem medição para glicemia com a supervisão de um profissional de saúde de nível superior. “O próprio profissional está sentindo essa necessidade porque quando eles visitam as casas as pessoas demandam esses procedimentos, mas não temos respaldo legal e nem formação para fazer isso”, afirma, completando que, para designar funções como esta, os agentes precisam de mais formação, questão que, também na avaliação dela, de alguma forma está contemplada no Projeto de Lei. Ilda reconhece, entretanto, que a reformulação é polêmica, tanto porque acaba atravessando a atribuição de outras categorias quanto porque as condições de trabalho dos ACS, inclusive em termos salariais, não são ideais e as mudanças podem ser encaradas como acúmulo de trabalho sem a devida valorização.

A professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) Mariana Nogueira pondera que a reformulação precisa ser muito mais debatida com o conjunto dos profissionais em todo o país, inclusive porque o projeto modifica também as atribuições dos Agentes de Combate às Endemias. “Há locais em que os ACS não



querem assumir essa função de medição de pressão, por exemplo. E em vários municípios já fazem isso. É precipitado apontar atividades que não foram amplamente discutidas com a base. Além disso, há um confronto com atividades de outras categorias e, em alguns casos, se esbarra também na necessidade de formação técnica”, analisa. Mariana, que faz parte da coordenação do curso técnico de Agentes Comunitários de Saúde realizado pela EPSJV/Fiocruz, considera que o projeto se equivoca, por exemplo, ao elencar atividades privativas dos agentes. “Na verdade isso restringe aos ACS atividades que são de todos os trabalhadores que compoem a equipe mínima da Estratégia de Saúde da Família”, aponta. Segundo a pesquisadora, seria mais adequado, por exemplo, elencar atividades próprias dos agentes. “Ou seja, atividades que guardam relação com a história da profissão”, pontua.

Outro ponto crítico para Mariana é a obrigatoriedade do ensino médio para exercer a profissão não estar vinculada a uma política de elevação de escolaridade. A professora ressalta que a realidade do país é muito desigual no acesso à educação e essa regra responsabiliza o trabalhador por tal elevação e pode acabar excluindo a possibilidade de lideranças comunitárias se tornarem agentes. O PL fala também na realização de um curso de aprimoramento de no mínimo 200 horas a cada dois anos de trabalho. Para a pesquisadora, o projeto perde, mais uma vez, a oportunidade de tornar lei uma formação técnica efetiva para os trabalhadores, sobretudo porque permite também que esses cursos sejam feitos tanto presencialmente, quanto à distância. “O projeto se equivoca ao não reforçar a necessidade da educação formal técnica em instituições públicas com história de formação em saúde coletiva. Em dez anos de trabalho no curso técnico de ACS, percebemos que a melhor modalidade para esses trabalhadores é presencial por conta da história deles em relação à escolaridade, a possibilidades de interação e de encontro entre os trabalhadores. Em muitas localidades também o acesso à tecnologia é muito precário”, reforça.

REDE HUMANIZASUS



FENET CONTRA EC 95 E REFORMA DO ENSINO MÉDIO

DIVULGAÇÃO FENET



Além de auxiliar na organização de ocupações em vários Institutos Federais, a Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (Fenet) também esteve presente durante as duas grandes mobilizações realizadas em dezembro, em Brasília, contra a PEC do teto de gastos, sancionada em dezembro como EC 95. “Essa luta não é só de um campus, um instituto, uma escola. É uma luta que abrange o país inteiro pela educação pública, gratuita e de qualidade. Em 2016 nós fizemos o primeiro Encontro Nacional dos Estudantes do Ensino Técnico e conseguimos somar forças para organizarmos essas lutas contra esses retrocessos. Temos promovido encontros e debates do país inteiro e esse movimento só vai aumentar”, afirmou o estudante Guilherme Brasil, membro da coordenação nacional da Fenet.

SAÚDE INDÍGENA

O Ministério da Saúde lançou um plano para reduzir em 20% as mortes de bebês e crianças indígenas até 2019. Entre as ações está a qualificação dos profissionais de saúde que atuam nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, entre eles os Agentes Indígenas de Saúde, em doenças prevalentes na infância. Segundo o Ministério, a mortalidade infantil entre os indígenas, apesar de ter caído mais de 50% nos últimos 15 anos, ainda é três vezes maior do que a média nacional. Pouco antes do lançamento do plano, no mês de novembro, o ministro da saúde, Ricardo Barros, se comprometeu também com a criação de um grupo de trabalho que irá debater um novo modelo de gestão da saúde indígena. Devem participar do GT representantes do próprio Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Política Indigenista e dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena.

Pouco tempo depois, entretanto, o Ministério da Saúde publicou uma portaria polêmica, retirando a autonomia financeira e administrativa dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Diante da reação do movimento indígena, a portaria foi revogada. A assistente social da Casa de Saúde Indígena do Distrito Federal, Ramona Carlos, explica por que houve uma oposição à portaria. “Foi uma pressão bastante importante porque disso demanda, por exemplo, a aquisição de passagens para um deslocamento no âmbito da atenção básica. Quando não se resolve um problema de saúde, esse indígena é referenciado para um município mais próximo, para a capital ou para uma unidade de referência nacional. Se os Distritos não tiverem essa autonomia, essas questões dependem do Ministério da Saúde de forma centralizada e isso vai impactar no atendimento, na demora e na burocracia”, diz Ramona.

MESTRADO PROFISSIONAL PARA RET-SUS

A EPSJV/Fiocruz oferece neste ano o Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde para dirigentes e docentes das Escolas Técnicas do SUS (ETSUS) das regiões sul e sudeste. O mestrado possui três linhas de pesquisa que envolvem políticas públicas, gestão do trabalho e da educação na saúde e formação dos trabalhadores de saúde. Quatorze escolas foram contempladas na chamada pública para concorrerem às 26 vagas do curso. As aulas se iniciam em maio e os estudantes que não residirem no Rio de Janeiro terão as despesas de deslocamento e alojamento custeadas pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS).

QUAL É A SITUAÇÃO DA RADIOLOGIA NO BRASIL?

O Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia (CONTER) está realizando uma pesquisa sobre as condições de trabalho e o perfil da categoria. Na página do Conter está disponível um formulário para que os trabalhadores em radiologia respondam perguntas sobre a utilização de equipamentos de proteção, jornada de trabalho, cumprimento de férias, vínculo empregatício, nível salarial, entre outras questões. A identificação na pesquisa não é obrigatória. Segundo o Conselho, esta é a primeira investigação realizada com o objetivo de mapear as condições de trabalho em radiologia no país. Em menos de dez dias, mais de 800 profissionais já responderam ao formulário. Os resultados finais da pesquisa devem ser divulgados no final de janeiro.

MATOPIBA

NA FRONTEIRA ENTRE A VIDA E O CAPITAL

De “última fronteira agrícola do país” a projeto abortado pelo governo por falta de verbas, Matopiba segue nos planos dos investidores, continua sendo um desafio para povos e comunidades tradicionais e uma ameaça para o cerrado

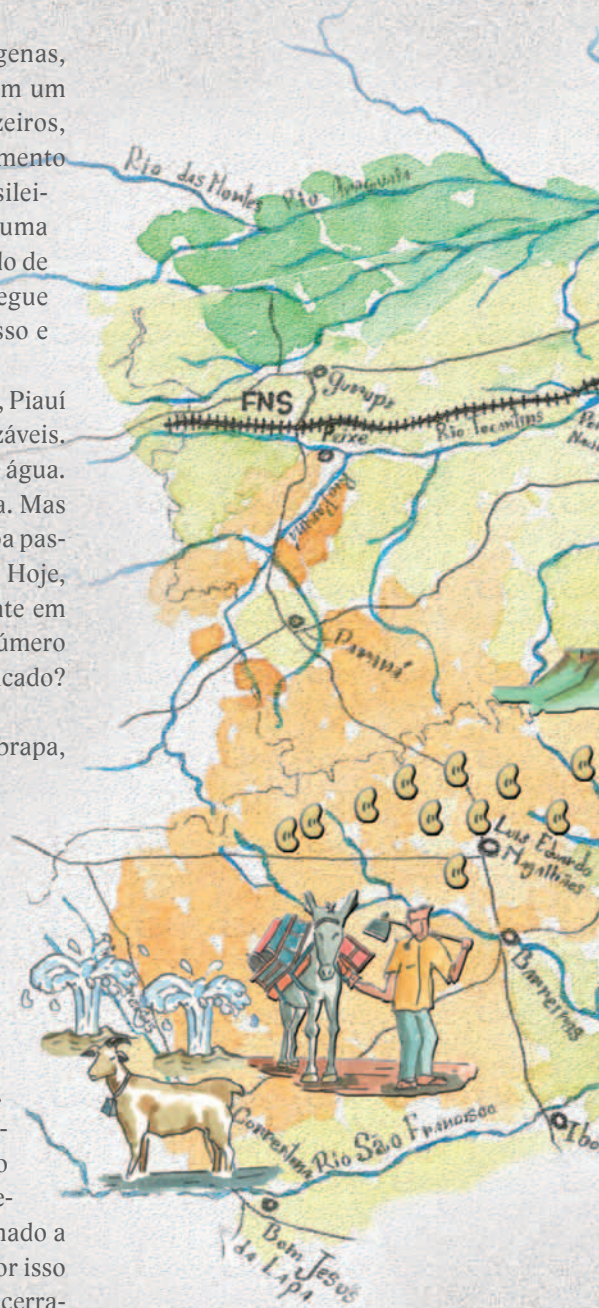
Maíra Mathias

A “última fronteira agrícola” do país. O lar de milhares de indígenas, quilombolas, agricultores familiares e populações que mantêm um modo de vida tradicional, como quebradeiras de coco, geraizeiros, vazanteiros e comunidades de fecho de pasto. Um desdobramento da crise econômica internacional. Uma porção do cerrado brasileiro em que o desmatamento cresce em ritmo acelerado. E, ao mesmo tempo, uma região tão importante para o equilíbrio hídrico nacional que recebeu o apelido de ‘berço das águas’. Um gigante de 73 milhões de hectares que, ainda sim, segue invisível e desconhecido da maior parte dos brasileiros. Matopiba é tudo isso e mais um pouco.

O nome vem do acrônimo das iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. O que eles têm em comum? Vastas porções de terras planas, mecanizáveis. E também contrariando a noção que associa todo o Nordeste à seca, fartura de água. Condições ideais para o agronegócio interessado em produzir em larga escala. Mas não só. A partir de 2008, investidores estrangeiros foram chegando e Matopiba passou a pipocar no noticiário econômico como uma oportunidade imperdível. Hoje, estudos já revelam que a região também atrai capital interessado unicamente em especular com o preço das terras, que disparou. E tudo isso fez aumentar o número de conflitos com quem estava no cerrado bem antes desse *boom*. Parece complicado? Fica mais.

No meio do processo, entrou o governo federal. Primeiro, através da Embrapa, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que, em 2013, começou a delimitar formalmente Matopiba, que hoje, assim como a Amazônia, é considerado uma região geoeconômica. Com a ida de Kátia Abreu para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em 2015, Matopiba virou marca de um governo que lutava contra a queda de receitas provocada pelo recuo no preço das *commodities* e passou a apostar que intensificar ainda mais a produção de matérias-primas poderia ser a “salvação da lavoura” para a crise econômica que o país já vinha enfrentando. Mas, para isso, seria preciso planejar e direcionar investimentos para “desenvolver” a região, dotá-la de infraestrutura adequada ao escoamento da soja, do milho, do algodão.

Com o afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República, a perspectiva neodesenvolvimentista de Matopiba parece não estar no script do novo governo, que afirma que não existem recursos para dar continuidade ao projeto. De qualquer forma, entidades que representam os produtores têm reafirmado a aposta na fronteira agrícola e se batido contra quem tenta decretar seu fim. Por isso mesmo, para quem vive lá e para aqueles que se preocupam com o destino do cerrado, lutar contra Matopiba continua sendo questão de vida ou morte.



O modelo

Mapito. Bamapito. Mapitoba. Matopiba. Todos esses nomes são ou foram usados nos últimos dez anos em referência ao processo de avanço da fronteira agrícola na porção setentrional do cerrado brasileiro. Contudo, as siglas não dão conta do início dessa história, que remonta ao governo militar. Clóvis Caribé, professor da Universidade Estadual de Feira de Santana, conta que o oeste da Bahia, região conhecida popularmente como ‘Além São Francisco’, foi a primeira parada de fazendeiros que chegaram no finalzinho dos anos 1970 para ocupar os chapadões que se estendem na divisa com Goiás e Minas Gerais. O que estimulou os ‘sulistas’, como são chamados até hoje pela população local, a se estabelecer naquelas bandas foi o incentivo federal. Oferecendo um mix de finan-

ciamento, assistência técnica, projetos de irrigação e eletrificação o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer) tinha um objetivo: fundar núcleos de agricultura “moderna” no interior do país. Eles seriam uma espécie de exemplo para estimular mais e mais produtores a se adequarem ao modelo intensivo no uso de máquinas, insu- mos, tecnologias (agrotóxicos, fertilizantes, transgênicos).

Mais longeva parceria entre países para o setor agrícola (foi concebido pelos governos brasileiro e japonês entre





HELEN LOPES/ACERVO CPT

1974 e 1979, quando começou, se estendendo até 2001), o Prodecer expressava uma certa visão de desenvolvimento: era necessário “desbravar” o interior do país, como se nada nem ninguém existisse por lá ou devesse ser levado em conta. “O Estado considerava esses espaços ‘vazios’ e fez a transferência de produtores do sul do Brasil para lá, regularizou as terras e repassou para as cooperativas. O Estado fundou um esquema de cooperação técnica e pesquisa, não à toa o Prodecer financiou a criação da Embrapa. O Estado montou um sistema de crédito rural pesado. Por último, veio a infraestrutura logística”, situa Caribé.

Hoje, o enorme mosaico formado por esses latifúndios monocultores pode ser facilmente visto por satélite através de programas como o *Google Maps*. A mancha começa acima do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, vai em direção ao Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, rodeado por fazendas, que vão subindo. Em sua última fase, o Prodecer abrangeu também Tocantins e Maranhão. Na Bahia, a região do ‘Além São Francisco’ passou a ser chamada por políticos e produtores de ‘Novo Nordeste’. Lá, o município de Correntina sintetiza muitas das contradições desse modelo de desenvolvimento.

Um estudo da ONG inglesa Oxfam lançado em dezembro de 2016 concluiu que menos de 1% das fazendas brasileiras concentra 45% da área rural do país. No rol das cidades mais desiguais figura Correntina, onde os latifúndios ocupam expressivos 75% da área total dos estabelecimentos agropecuários. O relatório, que compara várias bases de dados, mostra que a bonança do agronegócio fica nas mãos de poucos. Segundo o último Censo Agropecuário feito pelo IBGE em 2006, o Produto Interno Bruto (PIB) de Correntina era de R\$ 786 mil, riqueza que se dividida pelos 31 mil habitantes, daria pouco mais de R\$ 25 mil *per capita*. Já informações de 2012 do Cadastro Único para Programas

Manifestação em Palmas (TO) durante Assembleia dos Povos Indígenas realizada em junho de 2016

Sociais do governo federal mostravam que a pobreza atingia 45% da população rural e 31,8% da população geral. O índice de desenvolvimento humano (IDH) do município era de 0,603 em 2010, abaixo da média nacional (0,813). E o índice de concentração fundiária da cidade é de 0,927 em uma escala onde o máximo é 1. A Oxfam fez o mesmo levantamento em outros 15 países da América Latina e constatou

que prevalece na região a lógica de desenvolvimento baseada na exploração intensa dos recursos naturais que favorece a concentração de terras e riquezas nas mãos de poucas famílias, e piora os indicadores econômicos e sociais para o restante da população.

Outro caso emblemático deste “desenvolvimento” é o Projeto Agrícola Campos Lindos, no Tocantins. Criado em 1997 pelo então governador José Siqueira Campos, o projeto é caracterizado no meio acadêmico como uma reforma agrária às avessas. O político desapropriou por improdutividade a fazenda Santa Catarina, destinando seus 90 mil hectares para grandes produtores (dentre eles, a senadora Kátia Abreu) que pagaram apenas R\$ 10 por hectare. Mas, é claro, aquelas terras não estavam vazias. “A implantação do polo de produção de grãos tocada pelo ex-governador ignorou as 160 famílias que viviam nessa região da Serra do Centro, algumas há mais de cem anos. A maioria foi expulsa, algumas resistiram. Estão lá, mas cercadas pela soja. O córrego que existia antes já não existe mais porque assoreou, se desmatou tudo”, relata Rafael Oliveira, agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da regional Araguaia-Tocantins, que acompanha os camponeses que, além de tudo, tiveram de enfrentar uma longa batalha nos tribunais. Hoje sobraram seis famílias que, recentemente, tiveram de renunciar ao direito à posse para viver na, agora, área de reserva legal da propriedade. Como Correntina, Campos Lindos é um exemplo de “desenvolvimento”: por anos foi o campeão estadual de exportação de soja, por anos figurou nas estatísticas do IBGE como recordista em pobreza e desigualdade.

O projeto

Se lá atrás ninguém consultou as comunidades e povos tradicionais sobre o Prodecer ou Campos Lindos, Matopiba

também chegou sem aviso prévio. “Nós ficamos sabendo há um ano, através da mídia local. Começava a publicidade de que Matopiba ia trazer dinheiro, emprego, uma nova classe média para o campo. Mas essas promessas não resistem à realidade quando a gente olha para Campos Lindos, onde o agronegócio chegou convidado pelo governo e destruiu tudo. O pequeno não tem onde plantar, todos têm dificuldade para sobreviver, o desemprego está grande”, conta Fátima Barros, da Associação Nacional de Quilombos (ANQ). Entre as entidades e movimentos que vêm se articulando para denunciar o projeto, é consenso que, pela dimensão e complexidade, Matopiba aprofunda a hegemonia do agronegócio no campo.

Abarcando 337 municípios com seus 73 milhões de hectares, Matopiba é maior do que a Alemanha. Esses limites foram traçados pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (Gite) da Embrapa que utilizou como primeiro grande critério as áreas de cerrados existentes nos estados. Com isso, 91% do Matopiba está no bioma, aglutinando o oeste da Bahia, o sul do Piauí, metade do Maranhão e... todo o Tocantins. A coincidência de o estado ser domicílio eleitoral da ex-ministra da Agricultura, Kátia Abreu, não passou despercebida por quem analisa o projeto. “Olha, por que o Tocantins é 100% favorável e o Piauí é 20% favorável? Será que o deserto do Jalapão e a Ilha do Bananal, no Tocantins, têm mais potencial do que a região de Esperantina no Piauí que está plantando soja hoje? Houve politização do projeto”, afirma Moysés Barjud, vice-presidente da Associação Nacional dos Produtores de Soja do Brasil (Aprosoja). A Embrapa, contudo, garante que o Tocantins “desempenha um papel relevante na infraestrutura regional” e detém expressiva presença de agroindústrias e acrescenta que o mesmo critério foi usado para incluir a porção norte do Maranhão, com São Luís e seu porto. Essa arquitetura que soma produção, processamento, estocagem, canais por onde escoar as matérias-primas para fora do país faz de Matopiba uma região geoeconômica. E estava na agenda do governo Dilma criar um Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) para desenvolvê-la.

“Que país, que no século 21, pode se dar ao luxo de ter uma fronteira agrícola? A sétima economia do mundo, o Brasil. O Brasil tem, nessa área, uma das maiores oportunidades de crescimento, de desenvolvimento, de mostrar a sua competitividade, o seu potencial e a sua prosperidade para todos os brasileiros, não só para os brasileiros dessa região, porque isso faz a roda da economia girar. E quando ela gira, ela beneficia com emprego e renda; ela beneficia com novas oportunidades; ela beneficia com mais infraestrutura de qualidade. Ela beneficia todo o país”, discursou a ex-presidente em 2015. Em maio daquele ano, ela assinou o decreto 8.447 que lançava as diretrizes para esse PDA. A oficialização, diz a Embrapa, transformou Matopiba em região prioritária, tornando mais fácil fortalecer a atuação da empresa na região. No período entre 2015 e 2019, estão previstos 73 projetos da ordem dos R\$ 117 milhões.

Em 7 de maio, quando tanto a Câmara dos Deputados quanto a comissão especial do Senado já haviam votado pela abertura do processo que afastaria a ex-presidente do cargo, Dilma e Kátia Abreu anunciavam em Palmas a criação da Agência de Desenvolvimento do Matopiba. Na ocasião, o Ministério informou que caberia à Agência produzir um Plano Diretor para o Desenvolvimento do Matopiba e adiantou que duas empresas privadas – *Freedom Partners* e *The Boston Consulting Group* (BCG) – parceiras do Ministério na elaboração da proposta, previam investimentos entre R\$ 29 e 66 bilhões até 2035. “O plano diretor será decisivo para atrair investidores e empresários mundo afora”, disse Kátia Abreu na cerimônia, ressaltando: “Por todo lugar do mundo onde estive, todos só querem saber dessa nova fronteira agrícola brasileira”.

Naquele período, a ex-ministra ressaltou diversas vezes que Matopiba era fruto de decisão governamental arrojada. Mas de acordo com quem pesquisa a dinâmica econômica do capitalismo e seus rebatimentos no país, Matopiba é, antes de tudo, fruto do mercado. “O capital internacional selecionou Matopiba primeiro, depois o Estado brasileiro reconheceu. Na época do Prodecer foi o contrário: o Estado desenhou a estratégia e depois o empresariado chegou”, compara Daniela Egger, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). “Institucionalizar o Matopiba foi a grande resposta do Estado brasileiro ao capital. É quando o Estado reconhece que esse negócio está acontecendo e diz que também quer participar. Com Matopiba, o Brasil mais uma vez garantiu: ‘estamos abertos; temos água, temos terra e temos leis favoráveis’”, analisa a geógrafa.

O capital

Mas o que estava acontecendo no mundo para que investidores estrangeiros comessem a prestar tanta atenção nessa região do cerrado brasileiro? A resposta dos pesquisadores é a crise econômica mundial de 2008. Isso porque a saída clássica do capitalismo para crises é a expansão territorial. “Vivemos hoje essa corrida mundial por terras. Ou seja, o capital expande seu domínio sobre novas áreas, abrindo novas fronteiras num processo de acumulação por espoliação que significa, entre outras coisas, uma violenta apropriação e expropriação dos recursos naturais, terras e territórios, dando origem ao avanço das fronteiras agrícolas, das fronteiras da mineração, das fronteiras energéticas”, explica Daniela, acrescentando que vir para o Brasil foi, inclusive, recomendação do Banco Mundial. Um relatório da instituição de 2007 afirmava que o país combinava em alto grau disponibilidade de terras e água.

Mas a corrida por terras não foi impulsionada unicamente pela vontade de produzir nelas. Um estudo da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos lançado em 2015 demonstra que os investidores chegam em busca de altos rendimentos e enxergam na terra agricultável um ativo financeiro. “De acordo com essa lógica, um ‘bom’ investimento financeiro deve consistir em se comprar terras a preços baixos e vender por preços altos, realizando os maiores lucros possíveis”, resume Fábio Pitta, um dos autores da pesquisa. Doutor em Geografia Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), ele explica que na virada do milênio os investidores estavam interessados em especular com ações das empresas de tecnologia. Quando a bolha estourou, em 2001, eles migraram para o mercado imobiliário dos Estados Unidos e para o mercado de *commodities*, dando início ao que ficou conhecido como superciclo. Essas duas bolhas estouraram também. “Apesar da queda no preço das *commodities* é a subida do preço da terra que move diversas empresas a investirem neste ativo, independentemente da produção agrícola”, diz. As principais áreas de interesse dos especuladores são terras com potencial para o monocultivo extensivo. E uma generosa quantidade delas está hoje no Matopiba.

Isso leva a cirandas financeiras nada óbvias para leigos. A pesquisa da Rede Social se debruça sobre o caso de um fundo de pensão privado criado para gerir as economias de professores universitários dos Estados Unidos que especula com as terras no Matopiba e outras regiões do Brasil. Com um capital de aproximadamente 866 bilhões de dólares, o TIAA-CREF (*Teachers Insurance and Annuity Association – College Retirement Equities Fund*) investe em tudo que prometa bom retorno. Mas ele não faz isso diretamente e, sim, cria empresas (holdings) com a finalidade de administrar diferentes tipos de aplicações financeiras por meio da participação em outras empresas. No caso em questão, o TIAA-CREF criou uma holding; a holding criou uma empresa brasileira de capital estrangeiro; essa empresa se associou em 2008 a uma grande empresa brasileira do setor do açúcar e etanol (Cosan) para criar a Radar S/A cujo negócio é especular com o preço de terras.

A associação com a Cosan é importante para burlar as regras atuais de compra de terras por estrangeiros no país. Desde 2010, a Advocacia Geral da União (AGU) colocou novos limites para a aquisição de terra por pessoa jurídica estrangeira e pessoa jurídica brasileira com maior parte do capital social detida por estrangeiros. A flexibilização dessa regra é uma das principais pautas da bancada ruralista. Tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei 4.059/12 que pretende abrir essa porteira.

Então, apesar de o grosso do dinheiro para criar a Radar ter vindo do fundo americano, é a empresa brasileira que administra o negócio. Portanto, as terras estão sob seu controle. Em 2009, a empresa administrava 62 mil hectares de terras em 34 propriedades. Em 2012, eram 151 mil hectares num total de 392 fazendas, 182 delas compradas naquele ano. Segundo os dados da pesquisa, a empresa começou investindo 400 milhões de dólares e terminou 2012 com um patrimônio de 1 bilhão de dólares. Outro exemplo do efeito inflacionário dado pelos pesquisadores: em 2010 a Radar comprou uma fazenda na Bahia pagando R\$ 3.170 por hectare. Hoje, esse hectare vale R\$ 13.910.

Outros fundos e empresas estrangeiras atuam no Matopiba e muita gente dedica suas pesquisas a mapeá-las. Mas não é fácil, já que esse capital internacional opera de maneira complexa criando empresas, que criam empresas, e assim em diante, num labirinto tortuoso. Por tudo isso, os pesquisadores garantem que se a questão agrária no Brasil já era um barril de pólvora devido à grilagem, na medida em que os donos da terra deixam de ser os coronéis conhecidos para se transformarem em capitais opacos, a situação tende a complicar. “Os donos da terra não têm nenhuma relação com ela, a gente nem sabe quem são. A *joint ven-*



ture não tem rosto, o fundo de pensão não tem rosto. Antes eram os latifundiários brasileiros, agora são também os latifundiários estrangeiros. E quem tinha que acessar a terra no Brasil nunca acessou. Do ponto de vista da luta, chegar nos latifundiários estrangeiros vai ser impossível. Eles são intocáveis. Os conflitos tendem a se acirrar”, acredita Daniela Egger.

As lutas

“Quem defende a luta ‘fia’, uma hora tá vivo, uma hora tá morto”, ensina Maria do Socorro, liderança do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), que reúne mais de 300 mil mulheres no Pará, Maranhão, Tocantins e Piauí. Elas vivem em assentamentos, quilombos, dentre outros territórios, e tiram seu sustento do extrativismo em terras comuns. “O babaçu é uma coisa tão delicada... Ele mesmo aglomera as pessoas, ajunta as mulheres, faz aquela cantarola para quebrar aqueles cocos. É bonito todo mundo junto. Por isso se chama comunidade. As quebradeiras defendem o babaçu porque precisam dele. A comunidade se une para produzir, para comercializar, para defender”, explica. Ela conta como a corrida por terras vem impactando suas vidas. “Era empresa chegando e devorando área de preservação ambiental dos babaçus, e fazendo plantio de eucalipto, soja, teca... E a gente na defesa e na luta. Os grandes projetos chegando, o número de empresas cada dia aumentando. Agora estourou. É estrangeiro para todo lado. A gente ficou sabendo que a Kátia Abreu foi vender essa ideia fora do Brasil e crismou esse nome: Matopiba”, conta ela.

“Às vezes a gente acorda com dois, quatro tratores dentro das áreas de gerais, que chamamos de ‘fechos’. E

temos que entrar na frente, fazer o necessário para impedir a derrubada do cerrado. Com o Matopiba aumentou a ação de pistoleiros que entram nas comunidades para amedrontar e expulsar as famílias. A grilagem aumentou, a violência no campo aumentou, a tranquilidade das comunidades se perdeu”, lamenta Eldo Barreto, membro da Associação Comunitária do Fecho Clemente, localizado no município de Correntina. As comunidades de fundo e fecho de pasto são tradicionais da Bahia. São chamados ‘fundos’ as áreas de solta de animais localizadas na caatinga, enquanto os ‘fechos’ estão no cerrado e sempre foram vistos por essas comunidades como espaços de uso comum. É de lá que as famílias tiram parte fundamental da sua subsistência. “Além da solta, o cerrado nos dá frutos nativos e plantas medicinais, é nossa área de lazer. É a vida da gente”, resume Eldo.

Mas é exatamente nos ‘gerais’, em cima dos chapadões, onde de 1970 para cá se instalou o agronegócio. “Não existe expansão de fronteira agrícola sem grilagem de terras. Não existe Matopiba sem grilagem. Isso por uma razão muito simples: toda propriedade no Brasil tem origem pública”, diz Mauricio Correa, da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR) da Bahia. Se chama ‘grilagem’ o processo de fraude documental e apropriação física de terras públicas. Para um título ser verdadeiro, a cadeia dominial – uma cruz de biografia com certidão de nascimento do imóvel – precisa voltar ao momento em que o Estado vendeu a terra ou, mais raro, provar que aquela terra é uma sesmaria (porções doadas pelos reis de Portugal a certas famílias). “Se a cadeia sucessória não fecha a terra pertence ao Estado, são as chamadas terras devolutas”, ensina ele, completando: “Com o documento fraudado no cartório em mãos, o grileiro precisa tomar posse desses territórios, que não estão vazios. Isso vai se dando aos poucos, são situações que envolvem pistolagem, grupos de extermínio, incêndios criminosos, destruição de casas e roças. A apropriação territorial com violência foi o principal meio utilizado para a formação dos grandes latifúndios”.

Mauricio explica que a omissão dos governos em identificar essas terras contribui para o avanço da grilagem e, conseqüentemente, para o acirramento dos conflitos. “A Constituição Federal estabeleceu um prazo de cinco anos, a partir de 1989, para que os estados fizessem essa varredura. Na Bahia existe uma clara omissão do órgão responsável, que é a Coordenação de Desenvolvimento Agrário, em realizar a identificação e a discriminação dessas terras. Isso porque a Constituição diz que as terras públicas devem ser prioritariamente destinadas à reforma agrária, à regularização fundiária dos posseiros e à criação de reservas ambientais. Então não interessa ao estado mexer nesse vespeiro porque se fizesse uma ação discriminatória de terras públicas séria concluiria que a maior parte dos títulos de terra que estão hoje em poder das empresas não são válidos. E essas terras teriam de ser arrecadadas pelo estado e redistribuídas”, afirma o advogado.

A desigualdade fundiária no país é fonte inesgotável de conflitos não só porque alguns não têm um chão onde plantar, mas principalmente porque essa falta é, antes de tudo, fruto de uma violência em que o mais poderoso expulsa da terra o mais vulnerável. “Fomos enfrentando... O grileiro em cima dizendo que era para nós sair que a terra era dele. E nós dizendo que não saía, nossos avós, nossos pais era nascido e criado lá, por que era que nós ia sair? Nós não tinha lugar para ir, nós tinha que ficar ali. Aí eles juntaram um bocado de jagunço assim afora e levaram lá para atacar nós”, conta dona Maria Zuleide, moradora do Assentamento Rio Preto, em Bom Jesus no Piauí. Em maio de 2008, 17 famílias, incluindo a dela, sentiram na pele a cobiça pelas terras no cerrado piauiense: “Nós estava na roça colhendo. Chegaram lá esses grileiros, chegaram com os tratores, passaram por cima das nossas casas derrubando tudo o que nós tinha dentro. E as crianças chorando, e eles só passando o trator por riba. Tocaram fogo nas roupa, nos documento. Deram um

tapa na minha cara, eu estava com um neném no braço. Outro tapa acertou, quebrou a clavícula do neném”. Depois de quatro anos dormindo em lonas e vivendo da ajuda de sindicatos rurais e da CPT, quatro mil hectares foram desapropriados pelo Incra em 2012 e as famílias voltaram ao território de onde foram expulsas para reconstruir tudo do zero. Mas episódios de violência como esse se tornam cada vez mais comuns na região.

“Naquele tempo era um caso específico, hoje a coisa está alastrada. Ano passado [2015] a gente conseguiu detectar dois conflitos agrários. Esse ano já passamos de 15. Por isso que eu digo: o sul do Piauí está se tornando o sul do Pará”, sentencia Altamiran Ribeiro, agente da CPT piauiense. Ele conta que por lá, depois de ocupar os chapadões planos, as empresas começam a se interessar pelos ‘baixões’. Essas áreas, embaixo das chapadas, são normalmente brejos férteis onde as famílias vivem. Como o novo Código Florestal prevê que 20% da propriedade rural precisa ter a vegetação nativa preservada, as empresas – que com seus monocultivos desmatam 100% – têm se apropriado dos baixões como área de reserva legal dos imóveis. Essa dinâmica acontece em todo o Matopiba. “Por gerações temos vivido com o que a natureza nos oferece. Não desmatamos, não achamos que para viver bem precisamos derrubar o cerrado. Pelo contrário”, diz, por sua vez, Eldo, esclarecendo porque nesses lugares a vegetação nativa está de pé. Altamiran conta que as empresas também têm interesse na água disponível nesses vales alagados.



“Nós nunca seremos o sul do Pará”, rebate o vice-presidente da Aprosoja, que tem fazenda justamente em Bom Jesus. Para Moysés Barjud casos de grilagem como o que expulsou dona Zuleide da terra são “situações pontuais”. “São aquelas ovelhas negras que eu chamo de falso produtor rural”, diz, completando: “Eu sou desprovido de ideologias, eu gosto das coisas de forma técnica. Considero o Piauí um modelo em termos de convivência do agronegócio com a agricultura familiar”. Ao contrário, ele define como “ideológica” e “política” a luta por terra, por reforma agrária. “A pauta principal é distribuir terra, não é distribuir capacidade de viver da terra. O que isso acarretou? Isso fez com que produtores rurais, vendo a possibilidade de colocar reserva legal em outro local, para otimizar o aproveitamento da sua área, chegar naquele produtor rural ribeirinho e dizer: ‘olha, você quer me vender a sua terra?’ E ele fazer as contas e dizer: ‘olha, eu vou vender, porque eu não estou mais conseguindo viver dessa quantidade de gado, porque eu não sei como corrigir solo, eu não sei como explorar isso ou aquilo’. Porque ele vinha de uma agricultura ou de uma pecuária tradicional que se tornou inviável”, sustenta.

As comunidades relatam que está mesmo difícil viver, mas que isso tem a ver não com as tradições, mas com esse tal “desenvolvimento” ensejado pela nova dinâmica chapada-baixão estabelecida pelo agronegócio. É que a praga que chega para comer a soja ou outras culturas exógenas ao cerrado são combatidas pelos empresários com muito agrotóxico. Mas todo esse veneno não mata, só espanta a praga para outros lugares. “Toda vida que nós trabalha na roça com a enxadinha... Planta feijão, mandioca, arroz, milho, fava, cabaça, abóbora. Agora eles jogam o veneno lá em cima e aquelas pragas descem com tudo. O ano passado, colhemos um saquinho de arroz. Nem mandioca, nem feijão, nem abóbora: a praga comeu tudo”, lamenta dona Zuleide. Com isso, a soberania alimentar das populações fica ameaçada. “Antes da [Usina Hidrelétrica de] Estreito sair, você chegava na feira domingo em Babaçulândia [TO], Carolina [MA], e encontrava milho verde, feijão, frango, peixe de qualidade, barato. Hoje não existe mais. Agora a água está em poder do empreendedor. Agora é obrigado migrar para a cidade e comprar frango da Sadia, que a Globo vende e ainda fala que o agro é tudo”, critica Antonio Apinajé, liderança indígena do Bico do Papagaio, no Tocantins, se referindo a outro tipo de impacto, causado por grandes empreendimentos.

Para entender os conflitos no Matopiba também é necessário olhar para todos os projetos de infraestrutura do governo brasileiro. São portos, grandes terminais de estocagem, ferrovias, rodovias, hidrovias, usinas e centrais hidrelétricas que garantem as condições para que a produção em larga escala seja escoada para fora do país. Quase sempre para o outro lado do mundo, na China. “O Brasil é o maior exportador de soja do mundo. E a China o maior consumidor. E tudo indica que continuará sendo assim: em 2025, a previsão é que a participação brasileira cresça de 42% para 46%, enquanto os Estados Unidos, segundo maior exportador, irá dos atuais 40% para 33%”, diz Gerardo Vega, da ActionAid Brasil.

Em seu curto segundo mandato, Dilma Rousseff teve tempo de entregar ao menos uma grande obra do Matopiba: o Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram), localizado no Porto de Itaqui. Na cerimônia de inauguração, a ex-presidente citou uma série de empreendimentos do governo para dinamizar o chamado ‘arco norte’, um corredor de exportação pensado para desafogar portos no Sul e Sudeste do país, que incluem a ampliação da ferrovia Norte-Sul, a construção das ferrovias Transnordestina e Oeste-Leste, obras que vão viabilizar a navegação de cargas pelos rios Araguaia e Tocantins, dentre outras. Em 2012, a ex-presidente já havia inaugurado a Hidrelétrica de Estreito na divisa entre Maranhão e Tocantins, feita com recursos do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento.

Essas megaobras, diz Gerardo Vega, mostram a sinergia entre agronegócio, mineração e Estado. “O Estado foi e continua sendo fundamental na moldagem das condições para a expansão do agronegócio no cerrado, seja através de políticas de financiamento, assessoria técnica, extensão rural, pesquisa agropecuária, estruturação de projetos, políticas de zoneamento, infraestrutura de escoamento, energia, logística de todo tipo. Não é possível pensar a expansão das novas fronteiras agrícolas, pecuárias ou de mineração sem a participação estatal”, afirma o pesquisador. Ele defende que esses empreendimentos sejam analisados sempre em conjunto. “Os impactos são sinérgicos, vão se acumulando no tempo, se somam”.

E é isso que preocupa Fátima Barros, da Associação Nacional de Quilombos. “Estamos na linha do impacto da Usina Hidrelétrica de Marabá (no rio Tocantins) e da hidrovia Araguaia-Tocantins, dois grandes empreendimentos que surgem para servir à produção do Matopiba. Na ilha de São Vicente [no município de Araguatins] provavelmente 100% do território será alagado quando a barragem da usina for construída. Esse projeto foi aprovado sem uma audiência pública para as comunidades quilombolas. É uma bomba-relógio: a gente só vai ver quando chegar o impacto”, diz. Ela acrescenta que o *boom* dos empreendimentos na região é acompanhado pela demora na titulação de quilombos. O relatório técnico de identificação e delimitação da ilha foi publicado em março de 2015 pelo Inbra. Mas até hoje não foi regularizado. “A ilha de São Vicente é terra da União, a SPU [Secretaria de Patrimônio da União] e o Inbra poderiam titular rápido. Mas enquanto esses relatórios e regularizações são cada vez mais negligenciados e cercados por morosidade, os megaprojetos são acelerados e tem recursos públicos à vontade”, critica Fátima.

Além das obras e da omissão em relação à grilagem, as comunidades denunciam que o Estado atua em prol do agronegócio criando dificuldades ou mesmo paralisando os procedimentos legais de acesso à terra. No Piauí, por exemplo, a nova lei de regularização fundiária (6.709/15) não reconhece o direito de posse por moradia e propõe titular individualmente os pequenos produtores. Entidades defendem que a titulação deve ser coletiva, pois o modelo individual – defendido pelo Banco Mundial – facilita a pressão das empresas sobre as famílias para que elas vendam as propriedades. “A expropriação fica regularizada”, afirma Altamiran.

Na Bahia a constituição estadual garantiu o direito à regularização fundiária para as comunidades de fundo e fecho de pasto. “A lei estadual 12.910 de 2013 em tese viria reforçar esse direito, mas até pelos interesses empresariais envolvidos, o governo impôs que se as comunidades não se reconhecerem até 2018 elas perdem o direito à regularização do território. Esse artigo vai de encontro à Convenção 169 da OIT [Organização Internacional do Trabalho] e à própria Constituição Federal, que nos artigos 215 e 216 garante os direitos dos povos e comunidades tradicionais ao seu território e aos seus modos de vida”, diz Mauricio, lembrando que existem muitas comunidades de fundo e fecho de pasto que simplesmente desconhecem a existência da legislação. E mesmo as comunidades que já se reconheceram encontram dificuldades. O advogado afirma que nenhum fecho foi titulado ainda, contra 114 fundos de pastos titulados: “Justamente em razão da pressão fundiária que as empresas exercem no cerrado”, destaca.

Para quem fica e luta pelo território, o avanço do agronegócio no Matopiba cria circunstâncias perversas. Uma das grandes promessas do agronegócio, oferta de empregos, muitas vezes se resume à catação de raízes e tocos no período em que a fazenda está sendo

formada. O desmate é feito com a técnica do correntão (proibida em todo o país, com a exceção de Mato Grosso) que consiste em amarrar uma enorme corrente em dois tratores que, andando emparelhados, vão arrastando tudo o que há pela frente. “E os camponeses recebem por esse serviço um valor irrisório, centavos por alqueire. Não é um salário. São condições análogas à escravidão”, diz Altamiran, arrematando: “Por tudo isso, a gente está tentando articular as comunidades para enfrentar conjuntamente, dar visibilidade ao que está acontecendo porque enquanto ficar abafado vai ser a barbárie”.

A terra

A Campanha Nacional em Defesa do Cerrado foi lançada em agosto de 2016 justamente para abrir um canal de diálogo com a sociedade sobre o que vem acontecendo com as populações e o meio ambiente no Matopiba e em todo o cerrado. O bioma ocupa cerca de 25% do território nacional, se estendendo por 204 milhões de hectares. Inclui o Distrito Federal e os estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, sul do Maranhão, oeste da Bahia, sul do Piauí e parte de São Paulo. O cerrado abriga nada menos do que 30% das espécies de plantas e animais do país, o que corresponde a 5% de todo o planeta e é considerado tão importante quanto a Amazônia. Mas, diferente da Amazônia, o desmatamento no cerrado parece não mobilizar a opinião pública.

“Quem demarcou essa área, quem decidiu que se chama Matopiba e que é a última fronteira? Simples: nós não temos como aumentar a fronteira agrícola para a Amazônia porque nós temos a floresta e nós decidimos que não queremos desmatar. Para o lado direito temos o Nordeste que é uma área com dificuldades de produção, por inviabilidade geológica e econômica. Por isso essas áreas de cerrado foram deslocadas do Nordeste e juntadas ao Matopiba porque é onde tem condições de produção. Se nós já desenvolvemos o Sul, o Sudeste, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – e o desenvolvimento vai subindo sempre do Sul para o Norte – então agora nós paramos no Matopiba por dificuldade e por opção”, explicou Kátia Abreu em um discurso no Senado feito em outubro.

“O cerrado foi sistematicamente propagandeado como um bioma degradado, deserto, desabitado. Como consequência, metade da vegetação original já foi eliminada”, diz Isolete Wichinieski, que coordena pela CPT a Campanha, que tem divulgado que todos os anos, cerca de 2,2 milhões de hectares de cerrado são desmatados e alertado que, a esse ritmo, o bioma pode ser extinto em 2030. A recuperação da vegetação do cerrado também não é simples. Isso porque o bioma tem mais de 45 milhões de anos. Para se ter uma ideia, a Amazônia tem três mil anos. “É um bioma que chegou ao seu auge evolutivo. Se ele for degradado, dificilmente se recupera totalmente”, diz Isolete.

Informações de consultorias privadas respaldam a preocupação com a preservação do cerrado. Com o objetivo de mapear as áreas com maior “aptidão” para a plantação de grãos, essas pesquisas demonstram a rápida deterioração do bioma na nova fronteira agrícola. Segundo a Agrosatélite, o desmatamento cresceu 61% entre 2000 e 2014 no Matopiba, enquanto nos outros estados com cerrado – já amplamente devastados – caiu em 64% o ritmo do desmate. Já dados da consultoria Agroicone mostram que a área dedicada ao cultivo de soja no Matopiba aumentou 253% entre 2000 e 2014, saltando de 1 milhão para 3,4 milhões.

A Embrapa tem números diferentes. Segundo a empresa, 12% dos cerrados brasileiros são de áreas protegidas. No Matopiba, são 17%. Nessa conta entram 42 unidades de conservação e 28 terras indígenas. Estudos de sensoriamento remoto sobre o desmatamento da região, entre 2002 e 2010, mostraram que grande parte da expansão da agricultura ocorreu em locais previamente desmatados,



garante a Embrapa. Já segundo o estudo da Agroicone, o monocultivo da soja se espalhou sobretudo em áreas de vegetação nativa no Maranhão e no Piauí.

A Campanha pretende brigar pela instituição da moratória do cerrado, um pacto contra o desmatamento para coibir o avanço dos monocultivos e também pela aprovação da PEC 504/2010 que inclui o cerrado e a caatinga entre os biomas considerados patrimô-

nio nacional. “Mas o carro-chefe da campanha é a água. O cerrado é o berço das águas e, por isso, nosso lema é ‘sem cerrado, sem água, sem vida’”, diz Isolete.

A água

Um efeito direto da agricultura mecanizada é a compactação do solo, que dificulta a penetração da água para o subterrâneo. A baixa no volume causa o desaparecimento de rios, riachos e brejos. Com solos permeáveis e geologicamente antigos, os ecossistemas de chapadas funcionam como uma esponja que absorve e distribui água. É no cerrado que estão os três aquíferos-Guarani, Urucuaia e Bambuí – que abastecem boa parte do país. “Aquífero é como um grande mar embaixo da terra, uma formação geológica que acumula a água que infiltra”, explica Isolete. As águas subterrâneas do cerrado voltam à superfície na forma de rios que abastecem algumas das bacias hidrográficas mais importantes do país, como Amazonas, São Francisco, Paraguai e Araguaia-Tocantins, além do Pantanal. “Em 2030 o planeta vai ter 10 bilhões de habitantes. E nós teremos disponível 40% a menos de água do que hoje. O Brasil detém 12% de toda a água doce do mundo, então a gente já começa a perceber porque o capital internacional está muito interessado no cerrado. A água vai ser o ouro dos próximos séculos”, acredita ela.

O agronegócio é o maior consumidor de água no Brasil hoje. Segundo dados da Agência Nacional das Águas, em 2015, a irrigação de plantações consumiu 75% desses recursos. A criação animal levou outros 9%, mais do que a indústria, e quase o mesmo que o consumo humano urbano e rural (10%). A irrigação é uma solução tecnológica recomendada pela Embrapa. Mas também é um dos métodos mais controversos do agronegócio. Um caso vem chamando atenção no oeste da Bahia, de novo em Correntina. Lá, o empreendimento de algodão, milho, feijão e criação de gado da empresa Sudotex requisitou permissão para abrir 17 poços de alta vazão que captam água do aquífero Urucuaia. Assim que abertos, a água sobe a metros de distância, graças à pressão, uma cena que lembra os poços de petróleo.

O Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) do estado autorizou em maio de 2016 a empresa a captar 58 milhões de litros por dia, o que dá mais de 1 trilhão de litros por mês. O empreendimento usa o método da irrigação por pivô central na plantação. “É o método que mais consome – e mais desperdiça – água”, diz o advogado da AATR Mauricio Correa, que acompanha o caso que vem gerando revolta na cidade. A reação veio da Associação Ambientalista Corrente Verde que entrou com uma ação civil pública pedindo a suspensão da captação e a anulação das outorgas de água para o empreendimento dadas pelo Inema.

A preocupação da entidade é que mais outorgas como essa sejam liberadas para outras fazendas da região. A liminar autorizando a suspensão foi dada em julho pela Justiça de Correntina.

Segundo Mauricio, nos últimos 15 anos, tem havido um aumento exponencial do uso de irrigação por pivôs centrais justamente nas áreas do chapadão próximas à divisa de Goiás, principal área de recarga do aquífero Urucuaia e onde nascem os rios. “Estudos indicam que 80% da água do rio São Francisco vem do oeste da Bahia e do norte de Minas Gerais. Então toda essa água está sendo retirada diretamente do São Francisco ou de seus afluentes”, diz, lembrando que o reservatório de Sobradinho chegou a 6% de sua capacidade em novembro, o que ameaça o abastecimento de água para milhões de pessoas e rebobina o filme da crise hídrica que atingiu São Paulo em 2014.

Os próprios fazendeiros têm relatado que a cada ano precisam cavar mais fundo para encontrar água. As comunidades, por sua vez, relatam a diminuição da vazão dos rios e estão fazendo medições para tentar comprovar isso. “Os dois principais rios do oeste são o Corrente e o Grande. E nesses dois rios não existe mais espaço para outorga d’água”, diz o advogado. Isso porque cada rio tem uma capacidade total que pode ser outorgada. Ultrapassar esse limite pode comprometer a vazão, alterando o curso do rio. Nessa conta, entram os fazendeiros, as cidades, todo mundo. “E esse limite já está esgotado há bastante tempo. Não é mais possível fazer outorga d’água. Inclusive não há nem plano de bacia. Essas outorgas, na nossa visão, são todas ilegais. O Inema não pensa dessa forma”, critica ele. O órgão ambiental recorreu da suspensão. O Tribunal de Justiça acatou o recurso do Inema, autorizando a captação subterrânea no dia 3 de novembro. Os argumentos usados pelo Inema e repetidos na decisão judicial são econômicos: sem água, a empresa poderia suspender a

operação. Agora, os moradores de Correntina colhem assinaturas para integrar uma petição pública que suspenda novamente as outorgas. “Para nós o agro não é tudo. O cerrado é tudo. Nossa água é tudo”, sentencia Antonio Apinajé, resumindo o sentido da luta.

O fim?

Mas justamente quando a resistência ao Matopiba começa a ganhar musculatura em diversas entidades e movimentos sociais, as idas e vindas da conjuntura política descortinam um cenário de incertezas. As dúvidas sobre se Matopiba chegou ou não ao fim ganharam força quando o Departamento de Desenvolvimento Agropecuário para essa região, criado em março pela ex-ministra Kátia Abreu, foi extinto em 19 de outubro por decreto presidencial. “Infelizmente o Mapa [Ministério da Pecuária e Agricultura] achou por bem desmanchar o departamento criado para atender essa última região de fronteira agrícola do país. Mas o Matopiba não depende mais da vontade de um governador, um governo federal, um ministério. O Matopiba é uma realidade que não volta mais atrás. Os empresários decidiram que o Matopiba é o lugar: é a última fronteira agrícola do país”, reagiu ela, no mesmo dia, do púlpito do plenário do Senado.

Em 16 de novembro, uma audiência pública, também no Senado, discutiu Matopiba. Lá, o representante do Ministério da Agricultura, Eduardo Mazzoleni, garantiu que o governo estava dando prosseguimento ao Plano de Desenvolvimento Agropecuário do projeto. “Estamos na etapa de elaboração do Plano, definindo cadeias produtivas e ações prioritárias para posteriormente fazer a publicação”, disse. A posição oficial da pasta, contudo, parece não ser essa. Procurado pela Poli, o Mapa respondeu através da sua assessoria de imprensa que Matopiba seria descontinuado por falta de recursos. Ainda de acordo com a assessoria, o Mapa “está trabalhando” por todos os estados igualmente por meio do Plano Agrícola e Pecuário que disponibiliza linhas de crédito rural para produtores de todo o Brasil. O Mapa não deu mais detalhes sobre a decisão, tampouco enviou informações sobre os recursos já investidos no Matopiba a tempo do fechamento desta reportagem. Mas como a própria Kátia Abreu deixa claro, a despeito do apoio formal do governo federal, Matopiba é uma fronteira agrícola ‘definida’ pelo mercado.

“O Matopiba tinha uma ligação muito clara com a Kátia Abreu, que capitaneou todas as negociações com o capital privado, fechou acordos para investimentos naquela área com o Japão, por exemplo, vendeu o projeto para investidores árabes. Matopiba era a vitrine dela. Ela saiu, entrou o Blairo Maggi, e eles são de grupos opostos. O agronegócio não é um bloco homogêneo. Como em todos os setores econômicos, existe disputa entre os diversos grupos. Cada um quer dar a sua marca na gestão. Mas ambos são ruralistas

e querem o avanço do agronegócio”, analisa Karina Kato, pesquisadora do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA). Moisés Barjud reforça essa leitura: “O Matopiba se tornou político. Houve um erro, nesse sentido, lá na sua criação, e agora a gente paga o preço. Tudo aquilo que era para ter sido técnico e ter avançado por algum motivo ficou no meio do caminho”, analisa ele, continuando: “Nós entendemos que, ao invés de abandonar o projeto, o atual ministro deva corrigir os erros que a ministra anterior cometeu”.

De acordo com Karina, o recuo do governo federal não significa necessariamente uma paralisação nos investimentos no Matopiba: “Pelo contrário. E nem significa que não vai ter o apoio do Estado no avanço desses investimentos. O que aconteceu foi uma desinstitucionalização, você deixou de ter no Ministério da Agricultura uma estrutura que controla ou tenta articular esses investimentos privados nacionais e internacionais. O que pode até acelerar o processo, porque você deixa a dinâmica toda na mão da iniciativa privada”.

Mas será que o recuo do papel do governo federal no Matopiba terá repercussão para própria resistência e organização das comunidades e povos afetados pelo avanço da fronteira agrícola? Para Karina, tampouco a luta contra Matopiba deve ficar refém do seu maior ou menor grau de institucionalização: “Para quem está no território o decreto não faz tanta diferença. Muitos nem sabem o que é o Matopiba. Mas eles vivem o Matopiba porque vêem o avanço da fronteira produtiva, sabem que o preço da terra está num processo acelerado de valorização, estão em contato com cada vez mais empresas entrando nos territórios, são expulsos ou acompanham expulsões de famílias de posseiros que não têm o título da terra. E trabalham em situação análoga à escravidão fazendo a limpeza do terreno para a formação dessas enormes fazendas. Tudo isso eles sentem na pele”. Às claras, em plena vitrine do governo federal, ou opaco, restrito às páginas especializadas dos jornais, com o nome de Matopiba ou sem nome algum, a certeza dos povos e comunidades tradicionais é uma só: o agronegócio avança sobre seus territórios, está batendo à sua porta. O



'OS JOVENS ESTÃO INDIGNADOS COM O DESCASO DO GOVERNO COM A EDUCAÇÃO PÚBLICA'

André Antunes

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Fale um pouco sobre a repercussão desta projeção nacional que você ganhou a partir da divulgação do seu discurso na Assembleia Legislativa do Paraná sobre os movimentos de ocupação.

Depois daquela fala na Alep, a gente conseguiu ter uma visibilidade até boa em volta das ocupações. As pessoas queriam saber o que estava acontecendo no Paraná, por que estávamos ocupando escola, desde quando. Parte da mídia foi atrás do que estava acontecendo. Isso foi um ponto positivo. Desde então tenho sido bastante convidada para participar de seminários, para falar um pouco da experiência das ocupações no Paraná: o que foi, como funcionou, por que estávamos ocupando, quais eram nossas pautas. Conheci pessoas que participaram de ocupações em Fortaleza, do Ocupa Minc, do Ocupa SUS e ocupações de secundaristas em várias cidades. Pude conhecer escolas que foram ocupadas, conhecer os estudantes. No Rio surgiu a oportunidade de visitar o Colégio Pedro II e foi incrível poder ver que, mesmo estando longe, eu aqui em Curitiba e eles no Rio de Janeiro, nossas pautas eram as mesmas, as nossas reivindicações eram as mesmas, os problemas eram os mesmos. Realmente mostra que o problema da educação pública não é em uma cidade ou duas. É generalizado. É falta de infraestrutura adequada, a maioria das nossas escolas é antiga, precisa de reformas. A gente reivindica um ambiente de qualidade. A desvalorização do profissional da área de educação é um problema grande, porque não tem como ter uma educação de qualidade se você não valoriza aquele profissional. A questão da PEC 55 [EC 95/16]

ANA JULIA RIBEIRO

Milhares de estudantes secundaristas ocuparam escolas em outubro de 2016 para protestar contra a reforma do ensino médio – decretada pelo governo Michel Temer por meio de Medida Provisória – e contra a PEC do teto de gastos (conhecida como 241 na Câmara, 55 no Senado e, a partir de 15 de dezembro do ano passado, Emenda Constitucional 95). Em todo o Brasil, o movimento chegou a reunir mais de mil escolas ocupadas. Ana Julia Ribeiro, de 16 anos, era uma das integrantes da ocupação do Colégio Estadual Senador Manoel Alencar Guimarães, na capital do Paraná, estado que naquele momento somava cerca de 850 ocupações de escolas, quando foi escolhida para falar em nome dos estudantes em uma audiência pública na Assembleia Legislativa (Alep) no dia 26 de outubro. Seu discurso, proferido em meio às lágrimas, 'viralizou' na internet, furando o bloqueio imposto pela grande mídia ao movimento de ocupações e tornando-a porta-voz de uma das principais frentes de oposição à agenda do governo. Nesta entrevista, Ana Julia explica por que os secundaristas têm feito das ocupações uma arma para protestar contra medidas que consideram prejudiciais para a educação pública.

e da medida provisória 746 [que reforma o ensino médio] também. A repercussão negativa é uma questão mais pessoal, da agressão psicológica que veio na forma de distorção das palavras, de irem atrás de informações falsas, de procurarem contradições dentro da fala que não existiam, cortar pedaços da fala e mostrar só o que interessava.

Por exemplo?

Falavam que era uma contradição a gente dizer que era apartidário e ser contra o Escola sem Partido, por exemplo, que é sem partido só no nome, um projeto que é uma tentativa de ter uma escola sem política, que não prevê a pluralidade de pensamento, não prevê o debate sobre assuntos que ainda hoje são tabu, como a homossexualidade, racismo, feminismo, machismo. Que tenta tirar da escola o senso crítico e a autonomia de dentro de sala de aula. Então, quando nos davam meios de sermos ouvidos, distorciam o que nós dizíamos, sempre afirmando que os estudantes são todos doutrinados, que não pensam por si próprios, são massa de manobra, vagabundos, arruaceiros, que estão na escola para fazer baderna, que estão usando drogas e tendo relações sexuais adoidado. São argumentos vazios, mas que pegam. As pessoas veem verdade neles, mesmo sem terem ido visitar nenhuma ocupação. Não foram tentar entender qual era a pauta daqueles estudantes, não foram conversar com o estudante dentro da escola, visitar a escola, não se preocuparam em conhecer o outro lado, só em ver o que a mídia passa.



LIMITAR OS GASTOS DA EDUCAÇÃO, QUE JÁ É TÃO PRECÁRIA, COM TANTOS PROBLEMAS DE INFRAESTRUTURA, É ALGO QUE SIMPLEMENTE NÃO DÁ PARA ACEITAR”

Houve críticas à grande mídia por conta do pouco espaço dado às ocupações nos noticiários, o que só mudou com a morte do estudante dentro de uma ocupação no Paraná e com a proximidade do Enem. Que avaliação faz da atuação da mídia durante as ocupações?

A gente ganhou visibilidade na mídia sempre pelos motivos errados, com uma visão distorcida do que realmente estava acontecendo. Nas ocupações a gente tinha um medo muito grande da mídia. Porque existe esse medo de distorcem o que a gente vai falar, de não mostrarem realmente o que está acontecendo, de chamarem atenção para a pauta errada. Falaram do Enem, mas não falaram que o governo tinha meios muito fáceis de resolver essa questão. Era abrir um canal de diálogo com os estudantes, entrar num acordo, achar outros locais para aplicar a prova. Eles tinham meios. Se não quisessem abrir canal de diálogo, podiam procurar outros locais para aplicar o Enem. Mas não mudaram a data justamente para fazer um jogo político de colocar estudante contra estudante, separar o grupo e dizer ‘olha só como eles estão te prejudicando, não estão a favor da educação, estão tirando o seu direito de estudar’. O adiamento do Enem na visão dos estudantes tem dois pontos: um é positivo, mostra que realmente nós incomodamos, chamamos atenção, que não teve mais como negar o movimento e fingir que não estava nada acontecendo; e ao mesmo tempo foi prejudicial por tentarem fazer esse jogo de colocar estudante contra estudante. De colocar a população de uma forma geral contra o movimento. A grande mídia fala que está tentando informar a população, mas a gente viu que não é assim. Eles passam o que querem, da maneira que eles querem e conforme seus interesses. Nosso refúgio foi em mídias alternativas. Eu tinha uma visão mais crítica da grande mídia, mas não achei que era tanto. Eu não tinha essa noção até sentir isso na pele. E agora os estudantes de uma forma geral perceberam isso. O que mais fez a gente sentir isso foi o acontecimento do Lucas [estudante que foi encontrado morto dentro de uma escola ocupada em Curitiba]. A fatalidade que ocorreu aqui foi noticiada de forma muito sensacionalista, para colocar mesmo a população contra as ocupações. A morte do Lucas foi o momento mais difícil. Era difícil ficar na escola. Minha escola era próxima de onde o Lucas morreu, muitos o conheciam, a gente não se conformava de utilizarem a morte dele, de utilizarem uma fatalidade para transmitir a mensagem que eles queriam de uma maneira distorcida, para promover seus interesses. A partir daí principalmente a repressão dos movimentos contrários às ocupações ganhou força. Caíram matando em cima da gente. Teve um grande número de escolas desocupando, a pressão psicológica foi muito grande, a pressão dos pais.

A gente entende, foi difícil continuar após a morte do Lucas. Mas a mídia não colaborou também. Passou aquilo de uma maneira totalmente errada.

Há algumas semanas durante um congresso do Movimento Brasil Livre (MBL), integrantes defenderam que ele deve fazer “resistência intensa e em várias frentes” às ocupações de escolas. Como foi a atuação desses grupos na desocupação das escolas no Paraná?

Foi uma coisa absurda. Chegaram impondo sua opinião, nos insultando, nos agredindo, incitando as pessoas a partirem para cima de nós com violência, a quebrar portão de escola, quebrar vidro de escola, a bater em adolescente. Uma coisa que não dá para aceitar. Dá para aceitar eles serem contra, eles irem conversar com a gente para tentar fazer a gente mudar de ideia, mostrando outro lado. Não dá para aceitar eles passarem a madrugada nas escolas tocando o hino nacional em volume altíssimo, como se nós não amássemos nosso país e como se nós não o defendêssemos. E nós defendemos tanto esse país que estamos lutando por uma educação pública de qualidade. Foi algo ridículo por parte desse movimento, essa violência, essa truculência. Em Curitiba tem muitos *outdoors* pela cidade dizendo ‘obrigado MBL por ter colocado nossos filhos de volta às escolas’. É um absurdo, não tem como aceitar. Eles não colocaram os estudantes de volta às escolas. Eles foram lá, arrancaram os estudantes que estavam ocupando, agrediram os estudantes, usaram de tortura psicológica, amedrontaram, usaram de artimanhas nojentas para impor a sua vontade.



**O MOVIMENTO
DE OCUPAÇÃO
É UMA NOVA FORMA
DE FAZER POLÍTICA,
DE PROTESTAR”**

Você estava em Brasília na semana em que houve a votação em primeiro turno da PEC 55 no Senado, em que a polícia reprimiu com violência a manifestação que reuniu milhares de pessoas contrárias ao congelamento dos gastos na frente do Congresso Nacional. Como foi?

Ali virou um cenário de guerra por conta do despreparo da polícia, totalmente violenta. A gente estava lá tentando

protestar e não deixavam. Não se contentavam em deter manifestantes que supostamente estariam causando confusão. Tinham que bater, que machucar, que humilhar. Até depois do fim do ato, perseguiram os manifestantes pelas ruas de Brasília. Graças a Deus eu não tive nenhum problema e nem os estudantes do Distrito Federal que conheço que estavam lá, mas eu vi muita gente passando mal. Chamei ambulância para muita gente. Foi um descaso com a democracia impedir a gente de manifestar a nossa opinião, de dizer por que nós somos contra. Foi uma forma de abafar o que estava acontecendo, para não deixar mostrar o quanto a população está indignada com a PEC.

Protestar contra a PEC foi um dos motivos que levaram muitos estudantes a ocupar suas escolas, e o presidente Michel Temer chegou inclusive a dizer que os estudantes nem sabiam o que é uma PEC e que as ocupações eram uma falta de respeito com as instituições. Por que os secundaristas são críticos à PEC 55 [EC 95/16]?

Bom, primeiro que falta de respeito quem tem é o governo com a educação pública, com os estudantes. Não tem falta de respeito nenhuma nossa com as instituições, pelo contrário. Nas ocupações a gente fica preocupado dia e noite em saber o que a gente vai ofertar para o aluno que vai lá no dia seguinte, como a gente vai conseguir melhorar a escola, como vamos conseguir pintar uma parede, arrumar as carteiras, realmente melhorar aquele local de ensino. Então, o desrespeito é por parte do governo. A PEC é totalmente desrespeitosa com a gente. Limitar os gastos da educação, que já é tão precária, com tantos problemas de infraestrutura, é algo que simplesmente não dá para aceitar. Limitar os gastos da educação é limitar os retornos que essa área nos dá. Então os estudantes veem a PEC realmente como uma afronta à educação, uma afronta à nossa seguridade social. Enfrentamos muitos problemas todos os dias com a falta de investimento necessário nos profissionais da área de educação. Nossos professores são totalmente desvalorizados, nossas estruturas são desvalorizadas e a PEC é mais uma medida que vai desvalorizar a educação pública. Sem falar que vem a PEC limitando gasto ao mesmo tempo em que se propõe uma reforma do ensino médio que vai necessitar de gastos porque as escolas não têm a estrutura necessária para o ensino integral.

Quais os problemas que os estudantes identificaram na proposta de reforma do ensino médio?

A reforma do ensino médio foi o principal motivo para as ocupações. A medida provisória é totalmente arbitrária e não condiz com a realidade social dos estudantes. O ensino integral é algo que não tem como acompanhar

a nossa realidade hoje em dia. A maioria dos estudantes trabalha de manhã e estuda à tarde, ou vice-versa. Os estudantes de escolas públicas em grande parte trabalham. Esse estudante não vai deixar de trabalhar para estudar. Muitas vezes ele necessita desse trabalho para ajudar em casa, para poder se sustentar. Por uma questão de necessidade, ele não vai deixar de trabalhar. Isso vai aumentar a evasão escolar. Outro problema que a gente vê é a questão do notório saber. Entre não ter nenhum professor e ter um professor por notório saber, é claro que a gente fica com a segunda opção, mas isso não pode ser colocado como regra. Existe uma diferença grande entre um professor de notório saber e um professor com licenciatura em determinada disciplina. Quem está dentro de sala de aula vê isso claramente. E a gente pergunta: por que tirar a obrigatoriedade das disciplinas de filosofia e sociologia? Quando deixa de ser obrigatório, o estudante de escola pública perde essas disciplinas, ele não tem mais acesso.



OS JOVENS TÊM MUITA DIFICULDADE DE SEREM OUVIDOS, DE SEREM LEVADOS A SÉRIO, INFELIZMENTE. AS OCUPAÇÕES SÃO UM MEIO QUE A GENTE ENCONTROU PARA FALAR DA NOSSA INDIGNAÇÃO”

Uma das justificativas da proposta foi justamente tornar o ensino médio mais atraente para os estudantes. Ela cumpre o que promete?

Para nós, o objetivo dessa medida provisória é privatizar a escola pública. Não tem como fazer uma reforma desse tamanho com tantos pontos equivocados sem investir em educação. O que ela propõe não é a realidade da educação pública. Ela não cumpre com seu objetivo. Para mim vai acontecer o contrário, a escola vai deixar de ser atraente. A proposta de você estudar o que você quer é atraente para muitos jovens, não tem como negar isso. O problema é como isso vai ser feito. Hoje os alunos estu-

dam nas escolas mais próximas da sua casa. Agora a escola vai se especializar em uma determinada área e vai ofertar aquela área. Ou você estuda ali ou você vai para uma escola muito longe da sua casa procurando o que você quer. Esse é um grande problema. Muitos alunos não vão ter opção de escolha, vão optar por aquilo que está perto de casa. Essa ideia de que a gente vai escolher o que estudar é bem contraditória, porque na realidade a escola é que vai escolher o que vai ofertar.

Como vê o papel dos jovens, dos estudantes, nesse cenário político tão conturbado que o Brasil atravessa atualmente? E qual é a importância dos movimentos de ocupações nesse quadro?

É bem complicado. Infelizmente o que a gente vê é que os estudantes, e não só os adolescentes mas a população de uma forma geral, não se veem representado pelo sistema político. Nossas eleições mesmo a gente teve um número grande de votos nulos, brancos e abstenções. É grave. Há uma despolitização que até dificulta essa manifestação política dos estudantes. É difícil ver solução. Mas as ocupações nos incentivam porque mostram que há uma revolta muito grande por parte dos adolescentes, mostram que eles realmente têm noção do que está acontecendo no país. Os jovens estão indignados com o descaso do governo com a educação pública, com os serviços que deveriam ser prestados à sociedade de uma forma geral. O movimento de ocupação é uma nova forma de fazer política, de protestar. A gente vê uma desvalorização dos protestos de rua por conta da repressão da polícia, que é muito forte. E os jovens têm muita dificuldade de serem ouvidos, de serem levados a sério, infelizmente. As ocupações são um meio que a gente encontrou para falar da nossa indignação, falar os motivos dela, chamar atenção para nossas necessidades. Nelas a gente se une por uma causa maior, que nós enxergamos como importante, que é a educação pública, de uma forma mais autônoma, dos estudantes pelos estudantes. E na ocupação a gente aprende muito. Eu falo isso por mim, pelos meus colegas que participaram de ocupações de escolas. Ela ensina muito essa questão de abrir o diálogo com a população, de abrir o diálogo com os estudantes. A gente aprendeu muito a valorizar a opinião do outro, a prestar atenção na sugestão que aquela pessoa dá, aprendeu a conviver de uma forma geral, a respeitar a diversidade de opiniões. O movimento foi extremamente necessário para o amadurecimento dos alunos. Por mais que a gente tivesse alguma consciência política, ter essa convivência ali na escola ocupada, viver ali, respeitando a pluralidade de pensamento, é algo que realmente nos ajudou a nos preocuparmos em ficar mais por dentro do que acontece na política. O

QUEM QUER COMPRAR?

Especialistas apontam problemas no Programa de Parcerias de Investimento (PPI), aposta do governo para, junto com o ajuste fiscal, fazer o país crescer e gerar empregos

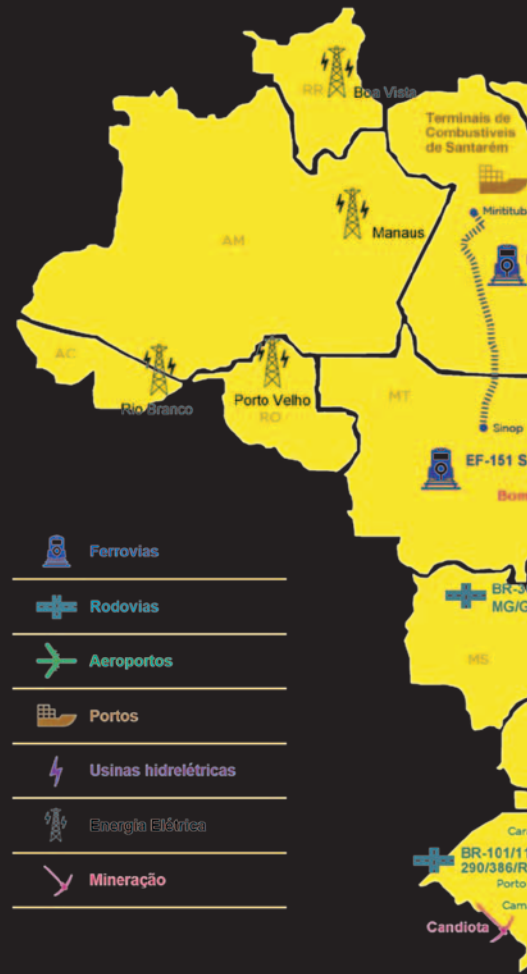
Cátia Guimarães

O plano parece fácil. Com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 55 (sancionada em dezembro como EC 95), limitam-se os gastos primários do Estado. Com uma nova reforma da previdência, mais restritiva, diminui-se ainda mais esse custo, reduzindo a política social responsável pela segunda maior fatia do orçamento público, atrás apenas do pagamento da dívida que, por sinal, permanece intocável. Em paralelo, lança-se um grande Programa de Parcerias de Investimento, que aposta na distribuição de “incentivos corretos para a iniciativa privada” como caminho para promover o crescimento econômico e gerar emprego. A fórmula vem sendo aplicada à risca. Mas, lembrando a anedota popular, há quem ache que talvez tenha faltado “combinar com os russos”.

Em tramitação no Senado, depois da aprovação pela Câmara dos Deputados, a PEC do teto de gastos tem sido contestada nas ruas, com manifestações em várias cidades e escolas ocupadas por estudantes em todo o país. Além da pressão social e das avaliações críticas de que essas medidas de ajuste fiscal podem piorar o cenário de crise econômica em vez de resolvê-la, há quem aposte também numa batalha jurídica, já que não faltam pareceres que argumentem sua inconstitucionalidade. A reforma da previdência, considerada pelo governo a principal iniciativa para a “redução estrutural das despesas públicas” já promete uma nova onda de mobilizações contrárias. Nesta matéria você vai ver que igualmente em aberto está a outra ponta da fórmula: lançado em maio por meio de uma Medida Provisória (727) e tornado lei (13.334) em setembro, o Programa de Parceria de Investimento (PPI), principal aposta do governo para fazer a economia crescer e gerar empregos, também traz questionamentos de toda ordem. “Os cálculos [do governo] são muito otimistas”, resume Marco Antonio Rocha, professor da Unicamp, que estudou a fundo o processo de privatização que o Brasil viveu nos anos 1990.

De concreto, até o fechamento desta reportagem, tinha sido lançado um primeiro pacote do programa, chamado ‘Projeto Crescer’, com 34 projetos de privatização e, principalmente, concessão, já com alguns editais publicados. “Na verdade, na década de 1990 já se perdeu boa parte dos ativos produtivos que o Estado tinha. Não tem muito mais para vender. Agora é o que sobrou: basicamente concessões de aeroportos, estrutura portuária, pouca coisa de ferrovia – que já é expansão dos investimentos do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] – e as distribuidoras do sistema Eletrobrás”, explica o professor.

Marco Antonio lembra que ainda podem entrar nessa relação algumas empresas estaduais como contrapartida da renegociação da dívida dos estados com o governo federal. Isso porque o Projeto de Lei 257, já aprovado na Câmara e em tramitação no Senado, autoriza a União a “receber bens, direitos e participações acionárias” em empresas estatais estaduais, que depois seriam privatizadas. Em matérias e colunas de opinião dos grandes jornais, especula-se também que Correios, Infraero, Caixa Econômica e até a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserrh), que administra diversos hospitais universitários federais, também entrariam na lista do PPI. O Secretário-Executivo Adjunto do Projeto Crescer, Adalberto Vasconcelos, no entanto, diz que, neste momento, as únicas empresas confirmadas para venda são as de energia elétrica.



Mapa das concessões e privatizações – Reproduzido do site do Projeto Crescer



Como crescer?

Retomar o crescimento econômico é uma promessa – ou um desejo – presente em todas as falas de especialistas e governo, como remédio para sair da crise. Em termos concretos, isso significa mais ou menos o seguinte: as empresas passam a produzir mais; para isso, elas contratam mais gente; com o aumento da população empregada, o consumo também se amplia; e, ao longo de todo esse processo, o Estado arrecada mais impostos. Mas há também impactos menos diretos. E é aqui que entra o PPI. “Se a gente melhora uma estrada, isso reduz o custo do transporte, portanto o preço final do produto fica mais barato, melhora a capacidade de consumo, e assim por diante. Sempre o investimento é a principal locomotiva para sustentar o crescimento da economia e do emprego”, exemplifica Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese). Parece um círculo, e é. A dúvida – ou a divergência – principal é sobre quem bota essa roda para girar.

Coerente com a defesa do ajuste fiscal proposto pelo governo Temer, o discurso que sustenta o PPI é de que o motor é a iniciativa privada. Ao Estado caberia criar um ambiente favorável e estável, que transmita confiança aos investidores. Para especialistas ouvidos pela Poli, essa concepção, anunciada como a grande novidade do PPI em relação às concessões e parcerias público-privadas do governo Dilma Rousseff, traz entraves ao investimento e pode ser danosa para a população usuária dos serviços e para a economia como um todo.

O diretor do Dieese não tem dúvida: o motor tem que ser o Estado. “No caso da energia elétrica, por exemplo: quem constrói a usina é a iniciativa privada, mas quem financia aquela usina é o setor público. Vai ver qual estrada foi feita pelo capital privado... O aporte inicial é sempre do setor público”, explica. Por isso, ele vê como um obstáculo ao crescimento econômico – e consequentemente à geração de emprego – a “queda substantiva do investimento público” que estaria se dando já desde o segundo governo Dilma e se consolidaria agora no governo Temer.

O governo reconhece as dificuldades da conjuntura econômica, mas acredita que as ‘novidades’ do PPI vão contribuir para atacar a falta de credibilidade do país frente aos investidores. “Nós estamos com uma crise econômica no país mas, sobretudo, com uma crise de credibilidade para a área de infraestrutura”, diz Adalberto. E completa: “Não é de uma hora para outra que vai haver mudança do cenário, mas, em virtude do resgate da credibilidade, a infraestrutura já começa a produzir frutos”. Ele cita exemplos de problemas que geravam a tal “insegurança”: projetos que foram prometidos e não saíram do papel e outros cujo modelo seria fundamentado num “marco legal frágil”. No rastro dessa maior confiança dos investidores, uma das principais – e mais polêmicas – novidades do PPI é a antecipação da licença ambiental, que aposta numa mudança da legislação, em tramitação no congresso. “[O empreendimento] pode paralisar na parte ambiental, na parte jurídica, no Ministério Público, nos Tribunais de Contas... Então, agora, [a empresa] só vai investir em estudos para decidir se vai ou não participar [do leilão] depois que sair o edital”, explica. Clemente concorda com a importância de o governo ter regras claras para atrair o capital privado. Mas relativiza

za a aposta: “Não acredito que a iniciativa privada fará isso somente porque estamos fazendo uma série de regras mais interessantes entre aspas. Não me parece que haja experiência concreta capaz de garantir que essa iniciativa terá sucesso”, diz.

O professor Denis Gimenez, da Unicamp, concorda. “O Estado brasileiro sempre foi protagonista do desenvolvimento”, atesta, destacando que isso sofreu um revés nos anos 1990, principalmente nos governos Fernando Henrique Cardoso, e agora novamente se retrai. Marco Antonio ressalta que esse “desmonte do Estado interventor” trouxe – e ainda traz – dificuldades para a ação pública direta na área de infraestrutura. Um exemplo, diz, foram as tentativas – fracassadas – do governo Dilma de fazer investimento estatal nas ferrovias através da Valec, empresa pública. “De certa forma, o governo perdeu conhecimento de intervir na infraestrutura pública, de realizar grandes projetos que a gente tinha no período nacional-desenvolvimentista, porque boa parte do Estado foi desmontado”, diz, acrescentando que essa tentativa implicou também um grande custo político, em virtude da visão negativa que se formou sobre o aumento do tamanho do Estado. “O tempo foi passando e o investimento público não saía. A saída mais rápida foi adotar o pacote de concessão”, resume.

Mais rápida, no entanto, não quer dizer mais econômica para os cofres públicos. “Existe muito discurso, mas muito pouco dado sobre se o Estado é ineficiente em relação à iniciativa privada na gestão desse processo. Nas concessões, o risco é sempre comprado pelo Estado e muito pouca contrapartida é pedida em troca. O discurso é sempre de que o Estado não tem dinheiro para investir, mas isso é complicado porque, na verdade, é ele que financia boa parte do fluxo de investimento das empresas”, analisa Marco Antonio.

Mais ou menos Estado?

No caso específico do PPI, o governo já anunciou que disponibilizará R\$ 30 bilhões para financiar as empresas que tiverem interesse de participar dos leilões.

Essa é a contradição – embora não seja nenhuma invenção do PPI: defende-se que não há recursos para que o governo toque diretamente os investimentos, mas é dos bancos públicos que sai o dinheiro que as empresas privadas vão usar para fazer os mesmos empreendimentos.

Não se trata de recursos orçamentários. O dinheiro que vai financiar o investimento privado em infraestrutura não disputa o bolo da arrecadação de impostos de onde sai o dinheiro para políticas como saúde e educação. Além disso, trata-se de empréstimo, o que significa que, teoricamente, em algum momento esse dinheiro deve ser devolvido.

Teoricamente. Na prática, a coisa é um pouco mais complicada. No PPI, as empresas que participarem dos leilões precisarão entrar com apenas 20% de dinheiro próprio. Os outros 80% serão financiados com recursos de bancos públicos. Do total disponível inicialmente, R\$ 18 bilhões virão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e R\$ 12 bilhões sairão do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS). “O volume será mensurável de acordo com o apetite dos empresários”, anunciou num evento o presidente da Caixa Econômica Federal, Gilberto Occhi. A previsão é de que o Banco do Brasil também libere financiamento, mas o volume ainda não foi informado. Do total financiado por cada banco público, uma parte será em empréstimo direto, mas o governo quer incentivar principalmente o fomento por meio da emissão de debêntures de infraestrutura. E é nesse meio de campo que a prática se distancia da teoria.

Funciona assim: a empresa participa de um leilão e ‘adquire’ uma concessão (de uma rodovia, ferrovia ou aeroporto, por exemplo). Mas, em vez de pagar em dinheiro – pelo direito de ‘explorar’ aquela obra concedida –, paga com títulos que correspondem a dívidas que ela tem no mercado. Em outras palavras: para quitar a ‘compra’ da concessão pública, ela ‘vende’ parte da sua dívida privada, representada em papéis que são chamadas de



Michel Temer e Henrique Meirelles participam do seminário sobre PPI. À esquerda, Robson Brasa, presidente da CNI, que organizou o evento

debêntures, a terceiros. Quem compra esses títulos, na verdade, faz um investimento, já que, ao final de um período previamente determinado, deve receber de volta o dinheiro inicial acrescido de juros. Trata-se, no entanto, de um investimento de risco.

Mas quem compra? “Geralmente, é uma operação casada. A empresa emite o papel, mas na verdade ele não vai ser lançado no mercado diretamente. O BNDES se torna avalista: compra esse papel e relança no mercado secundário, dando garantia a ele. Se a empresa der calote, é o BNDES quem paga”, explica Marco Antonio, lembrando um caso ocorrido em 2011 quando, para não ficar no prejuízo, o BNDES teve que trocar debêntures não pagas por ações da JBS, tornando-se acionista de 35% da empresa.

Com o PPI, o governo Temer promete implementar mudanças que diminuiriam o subsídio público, criando condições de financiamento mais próximas do mercado, e evitando prejuízo dos investidores. O discurso é de que no passado houve um excesso de “intervenção” do governo. Mas há quem duvide da mudança. “Já existe um histórico grande de financiamento por debêntures que resultou na necessidade de intervenção do BNDES como avalista. É difícil pensar nessa operação financeira sem a presença de um banco público como avalista e como comprador inicial dessas debêntures porque não vai haver mercado para isso tudo”, questiona Marco Antonio.

O custo da não-intervenção

Na linha de se diferenciar do que considera um caráter “interventor” do governo anterior, a principal crítica que a equipe do PPI tem feito à experiência passada de concessão é o fato de o valor das tarifas dos serviços – o pedágio da rodovia ou as taxas dos aeroportos, por exemplo – ter sido definido previamente, o que teria gerado preços artificiais, que as empresas não conseguiram honrar oferecendo bons serviços. “Preços não são fixados em gabinete”, repetiu o Secretário-Executivo do PPI, Moreira Franco, em eventos e entrevistas aos diversos jornais. Marco Antonio explica: “Essa discussão é sobre o que se chama de modicidade tarifária, que é o seguinte: quem oferecer a menor tarifa, leva. O governo está indicando que deve mudar isso para outra regra. Então, o que o governo pode fazer é abrir a porteira, não criar um marco regulatório antes do leilão. Significa voltar ao sistema dos anos 1990. Não é à toa que a gente tem uma das tarifas de telefonia e energia mais caras do mundo”.

Analisando o passado recente, Denis, da Unicamp, concorda que faltou “flexibilidade” às negociações do governo Dilma sobre a taxa de retorno dos empreendimentos, o que, na sua opinião, acabou “enroscando” o andamento dos projetos. Ele reconhece, no entanto, que essa é uma equação difícil de fechar porque, sem controle da lucratividade, as concessões podem mesmo gerar serviços com tarifas muito altas para o consumidor.

O governo se defende. “Não adianta fazer uma concessão de rodovia com tarifas de R\$ 2, R\$ 3, e não ter um serviço adequado prestado ao usuário. Por outro lado, em algumas concessões, principalmente nas estradas estaduais de São Paulo, a tarifa chega a R\$ 15. O que você tem que fazer é uma tarifa que remunere o investidor adequadamente para que ele tenha condição de realizar os investimentos necessários”, diz o secretário-adjunto.

A questão é que, para o governo, o PPI é parte de uma estratégia que caminha junto com o corte de gastos. Em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo no dia 14 de maio de 2016, Moreira Franco, foi categórico: “O governo não tem mais dinheiro. Vamos buscar a modelagem necessária em cada projeto para que não tenha subsídio”. Em reportagem do mesmo jornal no dia 14 de setembro, após o lançamento do Projeto Crescer, ele foi perguntado se os “consumidores serão prejudicados a partir de agora” e desconversou: “Nós temos de ter consciência de que os preços de tarifas não são fixados em gabinetes, o artificialismo tarifário gerou um brutal buraco fiscal”. O próprio jornal conclui: “Ou seja, o consumidor pode ser obrigado a pagar tarifa maior”.

Marco Antonio lembra que esse precisa ser um alerta não só para o consumidor individual mas para “toda a cadeia produtiva brasileira”. “Quando sobe a taxa de aeroporto, por exemplo, temos que pensar que por lá não passa só gente, passa também carga. Estamos, portanto, falando de aumentar o custo de frete. Rodovia e ferrovia a mesma coisa. Você pode gerar uma infraestrutura caríssima. Quando a privatização é mal feita, a conta sai cara: para o consumidor e para a competitividade da indústria brasileira”, analisa.

Desnacionalização

Ressuscitados dos anos 1990, livre mercado e não-interferência estatal parecem ser o lema da vez. Essa opção, somada à crise econômica e à crise política que o país atravessa – com grandes empresas envolvidas na Operação Lava Jato –, resultou num programa que todos os analistas ouvidos pela Poli reconhecem como voltado para o capital estrangeiro. Mais uma coincidência com o auge das privatizações no Brasil, na década de 1990. Só que, segundo Marco Antonio Rocha, naquele momento era mais fácil atrair esse capital, porque havia um fluxo razoável de investimento dos países centrais para a periferia do mundo. E, mesmo assim, diz, ele não veio como se esperava.

Por isso, mesmo com as facilidades que podem ser oferecidas, o professor da Unicamp tem muitas dúvidas sobre quem vai embarcar nesse pacote de concessões. As empresas brasileiras, diz, não estão em condições de investir. “Com uma grande parte das construtoras a gente não tem ideia do que vai acontecer, porque depende da postura dos acordos de leniência da Lava Jato. Outra questão é o nível de endividamento do setor privado nacional, sobretudo a indústria de base e a construção civil”, atesta. E conclui: “Eu acho muito pouco provável contar com um grande capital brasileiro”.

O governo reconhece o cenário difícil. “A gente sabe que tem alguns investidores nacionais com dificuldade de investir no país, por isso a gente quer diversificar. Não é razoável que, num mercado tão grande como o brasileiro, e que precisa investir em infraestrutura, a gente fique na mão de cinco, dez, 15 empresas”, diz Adalberto. E aponta o caminho: “A gente está com foco de trabalhar com médios investidores – aí você começa a trabalhar com construções menores para possibilitar um fomento da maior concorrência, de consórcios, e, sobretudo, com a perspectiva de chamar investidores estrangeiros para o país”. Para isso, ele destaca duas mudanças trazidas já na primeira resolução do PPI: os editais serão publicados ao mesmo tempo em português e inglês e o prazo dos editais foi ampliado de 45 para no mínimo 100 dias com o objetivo de dar mais tempo aos investidores estrangeiros. “A gente está sendo procurado direto por investidores internacionais elogiando essas medidas e querendo investir no país”, garante.

Especialistas ouvidos pela Poli alertam para alguns riscos importantes de se apostar no crescimento econômico a partir do capital internacional. Para Denis Gonzalez, essa opção, junto com a política macroeconômica (principalmente os juros altos) e com o processo em curso de “derrocada das grandes empresas nacionais”, aponta uma “forte tendência à desnacionalização, com repercussões, inclusive, sobre a estrutura do emprego”. “É, no mínimo, uma estratégia muito arriscada”, analisa.

Tentando aprender com o processo de privatização da década de 1990, Gustavo Gindre, pesquisador da área de comunicação, ressalta o que considera um “erro estratégico” na venda das empresas de telecomunicações para o capital internacional. “Começou no governo Dilma e deve terminar em 2017 a colocação do primeiro satélite brasileiro no espaço porque, desde a privatização, todos os nossos satélites passaram a ser estrangeiros. A banda X, que é utilizada para conversas militares no Brasil, passa por satélite estrangeiro. É surreal”, diz.

Marco Antonio também se remete à experiência passada para chamar atenção para os efeitos da entrada de capital estrangeiro especificamente no setor de serviços. Ele explica: “Quando você privatiza [para grupos internacionais] siderúrgicas, metalúrgicas – enfim, empresas que produzem bens –, esses bens podem ser vendidos. Então, na melhor das hipóteses, você espera que esses bens possam ser exportados e, assim, gerem um fluxo de entrada de dólar no país que, de alguma forma, compense o fluxo de dólar que essa empresa estrangeira está mandando para fora como remessa de lucro. Mas quando você privatiza, por exemplo, uma empresa do sistema Eletrobras, é diferente porque energia elétrica não é exportável da mesma forma. Então, você está o tempo inteiro gerando um fluxo de remessa de dólar para o exterior que não é compensado por nenhum tipo de exportação”. No caso de venda para empresas nacionais, diz, não existe nada a ser compen-

sado porque “ninguém vai trazer dólar nem remeter lucro para fora”.

Mesmo assim, olhando o cenário internacional, Marco Antonio é pouco otimista sobre o interesse desses investidores. “A Europa também está numa situação bem complicada. Dificilmente vai-se conseguir trazer capital europeu e norte-americano para cá. O que o governo está contando é com o capital chinês”, arrisca. E, segundo ele, a experiência mostra que, ao investir em outro país, os chineses costumam levar ‘de casa’ tudo que precisam. “Até o parafuso”, ilustra, explicando que o problema é que, assim, não se dinamiza a economia local nem se gera empregos. “Se é para trazer capital [estrangeiro], é preciso que ele invista realmente no Brasil, gerando demanda industrial aqui”, explica. O secretário-adjunto do Projeto Crescer, no entanto, nega o foco. “Não estamos à procura só de investidores chineses”, diz, contando que os projetos na área de ferrovias, por exemplo, têm atraído o interesse também de russos, italianos e espanhóis.

Lista de desejos

Já para o diretor do Dieese, o capital internacional está, de fato, comemorando as novas regras do PPI – mais flexíveis, com menos intervenção do governo. E mais do que isso: está aproveitando um ambiente propício a fazer mais e mais exigências. “Para você ter uma ideia, a presidente Dilma, de forma que eu acho equivocada, lançou a parceria público-privada dela e propôs que, nos casos em que as empresas tinham certeza absoluta de ganho no investimento, elas tivessem uma taxa de lucro de 5% a 7%. As empresas não vieram. Agora, ouvi um fundo [de investimento] dizer que tem dinheiro para investir no Brasil e que espera uma taxa de retorno de 20%. Quatro vezes mais do que Dilma colocou lá atrás!”, exemplifica Clemente.

Num seminário sobre o programa de concessões promovido pela Confe-

deração Nacional da Indústria (CNI) e pelo jornal Valor Econômico no dia 8 de novembro, o presidente do Bank of America para a América Latina, Alexandre Bettamio, apresentou um conjunto de propostas para incentivar a participação dos bancos privados como financiadores dos investimentos. De acordo com matéria do Valor, entre as demandas está a isenção de imposto de renda. “O que eles estão dizendo é: ‘se eu aplicar na dívida interna, tenho isenção de imposto de renda, então, para investir em infraestrutura eu também deveria ter’”, explica o economista Rodrigo Ávila, da Auditoria Cidadã da Dívida.

O diretor do Dieese alerta, no entanto, que as demandas das empresas – e principalmente do capital internacional – para comparecerem à chamada de investimentos vão além. “Eles querem que medidas como a PEC do teto de gastos do governo e a reforma da previdência sejam aprovadas, querem garantia de que não haverá aumento de impostos”, analisa. Nada que destoe do discurso do governo, que tem condicionado o crescimento econômico a essas medidas de ajuste fiscal.

Essa relação direta, no entanto, está longe de ser consensual. “Do ponto de vista do crescimento econômico, essas medidas são inócuas”, garante Denis Gonzalez, exemplificando: “Aumentar a idade de aposentadoria para 65 anos tem efeito negligenciável sobre a retomada dos investimentos e do crescimento. Acho bastante duvidoso que se tenham evidências empíricas de que projetar resultados previdenciários para daqui a 20 anos pode trazer ânimo para os empresários voltarem a investir no Brasil”. Para o economista, o efeito concreto dessas reformas será “aumentar a penúria da população que já está sofrendo com o desemprego”. Para Rodrigo Castelo, também economista e professor da Uni-Rio, essas medidas promovem uma verdadeira “pilhagem” nos poucos mecanismos de defesa que os trabalhadores ainda têm. Por isso, ele não acredita no verdadeiro esforço do governo para fazer o país crescer. “Você pode ter um aumento das taxas de acumulação capitalista sem crescimento econômico. Já foi feito lá no governo Fernando Henrique. E é o que se está tentando agora”, diz, explicando que o próprio programa de privatizações feito nos anos 1990 “não aumentou o fluxo de dinheiro para as áreas sociais” nem “dinamizou a economia”, que cresceu em média apenas 2% ao ano durante os dois mandatos.

E emprego, vai ter?

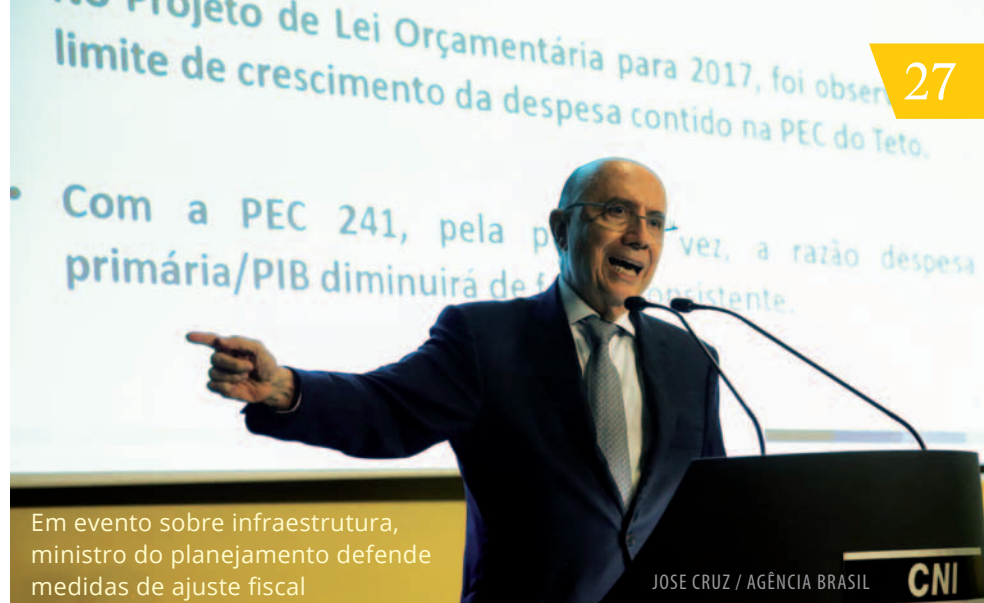
Todos esses percentuais, e a própria ideia de ‘crescimento econômico’, são abstratos demais para a maioria da população. Por isso, o PPI, como também as medidas de ajuste fiscal, aparece sempre justificado pela urgência de se gerar emprego. E poucas coisas são tão concretas no atual momento de crise no Brasil. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do IBGE, mostram uma taxa de desemprego de 11,8% em outubro de 2016, totalizando cerca de 12 milhões de brasileiros desempregados. Terá o programa de privatizações e concessões do governo Temer capacidade para reverter esse quadro?

Alguns dias depois do lançamento do Projeto Crescer, em setembro, a empresa de consultoria Go Associados divulgou um cálculo sobre os impactos diretos e indiretos do PPI na economia. Feita a partir de uma metodologia chamada ‘matriz insumo-produto’, a conta concluiu que o efeito seria de R\$ 187 bilhões sobre o Produto Interno Bruto (PIB) e 2,7 milhões de novos empregos. A projeção, noticiada em vários jornais, não esclarece o intervalo de tempo nem a duração desses novos postos. Em matéria publicada pelo site G1 no dia 5 de agosto, portanto mais de um mês antes do lançamento do pacote de concessões, o economista Luiz Castelli, da mesma Go Associados, estimou que o país levaria quatro anos, de 2017 a 2020, para gerar 2,79 milhões de vagas, quase o mesmo número anunciado a partir do

PPI. E isso, diz ele na reportagem, considerando-se que o PIB cresça 1% em 2017, 2% em 2018 e 2019 e 2,1% em 2020. Pesquisa divulgada pelo Banco Central em 28 de novembro mostra, no entanto, que os economistas já apostam que o país vai crescer menos do que esse percentual já em 2017. Isso sem contar a crise política.

O professor Denis explica que a matriz insumo-produto é, de fato, uma metodologia “com aderência à realidade”, que busca calcular o efeito multiplicador dos investimentos na economia como um todo. Mas alerta que há muitas incertezas envolvidas e que esse cálculo está sendo feito num “campo de indeterminação muito grande”. O primeiro desafio é, a partir de todas as questões já discutidas nesta matéria, saber se esses investimentos de fato virão. “O efeito mais direto é no setor de construção, principalmente na construção pesada, mas não só. Demanda também muita atividade industrial, produção siderúrgica, produção de materiais. Se for habitação, anima depois o setor de imóveis; se for usina, pode animar o setor de transporte”, diz Clemente, do Dieese, explicando que o mais importante são os empregos indiretos.

Denis, no entanto, ressalta que nada disso acontece descolado da política macroeconômica. Por isso, sustenta, o efeito pode ser contrário ao crescimento se, por exemplo, o Banco Central decidir não baixar os juros enquanto não se concluir o ajuste fiscal. “É muito difícil imaginar que os investimentos vão caminhar com uma taxa de juros de mais de 14%”, explica, classificando essa política monetária como “quase proibitiva ao investimento”. O governo parece não concordar. Perguntado sobre se haveria mesmo interesse do capital internacional no pacote de concessões do governo num cenário em que tantos outros países também estão em crise, o Secretário-adjunto do Projeto respondeu que o que faz o Brasil mais atrativo para os



Em evento sobre infraestrutura, ministro do planejamento defende medidas de ajuste fiscal

JOSE CRUZ / AGÊNCIA BRASIL

CNI

investidores é exatamente o fato de a nossa taxa de juros ser “muito maior” do que a dos outros. Já para o economista da Auditoria Cidadã da Dívida, isso é um bom sinal para o rentismo, mas não para quem quer investir na produção – uma má notícia para a urgência de gerar emprego.

Apostando que o capital que mais facilmente vai se interessar pelas concessões brasileiras é o chinês, Marco Antonio destaca os efeitos disso também no emprego, explicando que, sobretudo num momento em que estão com uma taxa de crescimento em queda, os chineses podem trazer também trabalhadores. Pode parecer exagero, mas nem seria uma novidade. Em 2007, a siderúrgica TKCSA, que atua no Rio de Janeiro, trouxe 600 trabalhadores chineses temporários para a construção da sua planta industrial. A decisão foi de uma empresa chinesa contratada pela TKCSA para essa fase da obra e gerou inclusive denúncia de entidades sindicais ao Ministério do Trabalho.

Não há dúvida de que, num país com 12 milhões de desempregados, o desafio é muito grande. E o cenário pode piorar já que, ao mesmo tempo do PPI, o governo está anunciando programas de demissão voluntária nas estatais. Segundo matéria publicada no jornal O Globo em 21 de novembro, nos próximos dois anos empresas como Petrobras, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Serpro, Infraero, Dataprev e Banco da Amazônia vão incentivar a demissão de mais de 21 mil empregados públicos. De acordo com o jornal, Eletrobras e Correios estariam na fila para fazer o mesmo. “Hoje, no país, entre 11% e 12% dos ocupados estão em emprego público. Essa participação é muito baixa. Ao contrário do que se diz, o Brasil tem poucos funcionários públicos na comparação com outros países. Na França, esse percentual chega a quase 30%. Mesmo nos Estados Unidos, que é considerado o país mais liberal do mundo, a taxa é de 18%, 19%”, explica Denis, desmistificando a ideia de inchaço do Estado que tem ganhado espaço na sociedade.

Mas, supondo que tudo dê certo, em quanto tempo a principal estratégia de crescimento do governo Temer pode gerar emprego? “A primeira coisa que a gente tem que colocar é que a geração de emprego não depende só da infraestrutura. É uma recuperação econômica, uma recuperação da credibilidade do país que vai começar a induzir a geração de emprego”, diz o Secretário-adjunto do Projeto, completando: “Antes de começar as concessões, você já começa a criar expectativas de gerar emprego. Então, eu acredito que os indiretos já são gerados quase imediatamente”. Ele exemplifica com o “mercado de consultoria” que estava “paralisado” e agora começa a “reaquecer”. Todos os outros entrevistados da Poli, no entanto, são bem menos otimistas. O diretor do Dieese resume: “Mesmo se tudo for muito bem feito e rapidamente, não há efeito sobre o emprego antes de 2019. Não dá tempo”. ○

O ESTADO APRESENTA SUAS ARMAS

Para analistas, militarização do Estado caminha a passos largos em meio à adoção de contrarreformas neoliberais em resposta à crise. Educadores soam alerta contra avanço das propostas de militarização de escolas públicas e aumento da repressão policial a movimentos de professores e estudantes

André Antunes



Um terço da delegação brasileira nas Olimpíadas era membros das Forças Armadas. Um exemplo da ampliação do protagonismo militar

Entre o que de mais relevante aconteceu no Brasil em 2016, há alguns episódios que embora pareçam não ter nada a ver uns com os outros à primeira vista, guardam uma relação que contribui para lançar luz sobre o cenário sociopolítico do país atualmente. De um lado estão as incontáveis imagens produzidas pela brutalidade com que a polícia reprimiu as manifestações de trabalhadores, estudantes e movimentos sociais contra as medidas dos programas de austeridade em âmbito federal e estadual – como na manifestação em frente ao Congresso Nacional durante a votação em primeiro turno da PEC 55 no Senado e os protestos de servidores públicos contrários ao pacote de austeridade do governo do Rio de Janeiro. De outro, as imagens dos vários atletas brasileiros que bateram continência durante as cerimônias de entrega de medalhas nas Olimpíadas, em que um terço da delegação brasileira era membro das Forças Armadas. Para analistas ouvidos pela Poli, ambos podem ser entendidos como exemplos do protagonismo crescente de militares em uma conjuntura em que se agravam as deficiências do Estado no provimento de direitos sociais – como na educação, na saúde e também no esporte – ao mesmo tempo em que se acirra o embate entre o Estado e as populações que resistem à retirada de direitos em nome de uma suposta retomada do crescimento econômico.

O historiador e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Renato Lemos, defende que está em curso a explicitação de um processo de militarização do Estado sob o capitalismo neoliberal. “A gente vive desde o final dos anos 1980 um processo de instrumentalização do Estado capitalista brasileiro no sentido de dotá-lo de meios para enfrentar as reações à implantação das contrarreformas neoliberais”, avalia ele, para quem a promulgação da Constituição de 1988, embora tenha trazido avanços do ponto de vista da garantia dos direitos sociais, foi também uma etapa nesse processo.

Foi ela quem atribuiu às Forças Armadas a função de polícia e regulamentou no nível constitucional a sua atuação na chamada garantia da lei e da ordem.

“Essa é uma doutrina fundamental para entender não só o Brasil, mas o mundo capitalista”, ressaltava Renato, que explica que sua origem remonta aos manuais do Exército dos Estados Unidos para orientar as tropas de ocupação na Alemanha, Itália e Japão após a Segunda Guerra Mundial. “No Brasil, esta doutrina vem sendo elaborada para a atuação das Forças Armadas na ocupação das favelas e também nos conflitos urbanos. E aí é contra tudo o que possa perturbar a lei e a ordem nas cidades: é contra sem-teto, estudante, grevista”, enumera.

Vários documentos legais foram emitidos ao longo dos anos para fixar diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, como as leis complementares 97 e 117, de 1999 e 2004, respectivamente, e o decreto 3.897, de 2001. Mais recentemente, cita o professor, houve a aprovação da Lei Antiterrorismo, sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff e o decreto 8.793, assinado por Michel Temer em junho, criando a Política Nacional de Inteligência (PNI).

“No cenário de ascensão das propostas neoliberais, que têm como objetivo resolver a crise do capitalismo via redução dos direitos econômicos e sociais dos trabalhadores, essas condições de lei e ordem se tencionam progressivamente. E isso leva a uma ampliação da atuação das Forças Armadas, não apenas o Exército, mas também as forças auxiliares, como as polícias militares”, aponta o historiador.

O caso do capitão do Exército Willian Pina Botelho, que usou uma identidade falsa para se infiltrar em um grupo de jovens que se organizavam pelas redes sociais para participar de um protesto contra o presidente Michel Temer em setembro é emblemático. O próprio Exército admitiu realizar “operações de inteligência” em manifestações de rua e defendeu a legalidade da intervenção com base

na legislação referente à garantia da lei e da ordem e na PNI. “Essa denúncia aconteceu porque ele foi flagrado, mas devem ter dezenas de sargentos e capitães do Exército infiltrados nos movimentos sociais. E eles assumem que fazem esse acompanhamento. Não é surpresa nenhuma”, opina Renato, para quem o avanço do conservadorismo na sociedade legitima esse processo: “O que está sendo chamado de onda conservadora é um anseio pela implantação de uma democracia forte, em que o Executivo tenha poderes para conter os movimentos sociais, mas que seja legitimada permanentemente pelo voto. E está sendo”.

Uma pesquisa divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) no final de outubro indicou que as Forças Armadas são a instituição mais confiável do país para 59% dos entrevistados, à frente da Igreja Católica, da imprensa escrita, do Ministério Público, das grandes empresas e das emissoras de TV.

VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL



Escola ocupada em Goiás contra OS e militarização na educação. Repressão e perseguição de professores e estudantes esvaziou movimento de ocupações no estado em 2016

Militarização na educação

A educação vem adquirindo centralidade cada vez maior no processo de militarização do Estado brasileiro. Primeiro porque os movimentos ligados à educação, estudantes e também professores estão entre as principais vítimas da repressão que se abate sobre os grupos contrários às medidas impopulares defendidas pelo atual governo, como a reforma do ensino médio. Segundo por conta da defesa que vários governos estaduais têm feito da militarização da gestão de escolas públicas como solução para problemas como a falta de segurança no ambiente escolar e os maus resultados obtidos nos exames de avaliação da qualidade da educação. Para Renato Lemos, isto é o que mais preocupa. “É um ponto estratégico da afirmação do projeto de poder de médio e longo prazo deste conjunto de forças conservadoras da nossa sociedade. É a estratégia de conquista dos corações e mentes, para consolidar na cabeça dos jovens esse projeto que se serve da degradação social e da pobreza da ação do Estado na área social para legitimar soluções de força”, pontua.

Nenhum governo estadual contribuiu mais para esse quadro do que o de Marconi Perillo (PSDB), em Goiás, reeleito em 2014 para cumprir um quarto mandato à frente do Executivo goiano. Perillo foi quem introduziu o modelo de gestão de escolas da rede estadual pela PM em seu primeiro mandato, em 1999. Atualmente, segundo a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte (Seduc), são 27 escolas nesses moldes, o que faz de Goiás o estado com mais escolas militarizadas na rede estadual, à frente de Minas Gerais, com 22, e Bahia, com 13.

Sete destas escolas foram militarizadas em Goiás por meio de um decreto do dia 22 de julho de 2015, em meio a uma greve de professores e servidores da rede estadual deflagrada no dia 13 de maio cuja pauta era implantação do

piso salarial, pagamento em dia dos salários e a realização de concursos públicos. Para a professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), Miriam Alves, as escolas foram selecionadas por meio de critérios políticos. “Foram escolas de muita resistência durante a greve”, assinala. O próprio governador não fez muita questão de esconder o objetivo da proposta, ao afirmar, durante uma palestra a empresários e políticos, que a militarização, junto com a proposta de concessão da gestão das escolas para organizações sociais (OSs), era um “remedinho”, contra o “radicalismo” de alguns professores.

Segundo Miriam, a proposta levou menos de 30 dias para ser debatida e aprovada pelo legislativo estadual. “No início do semestre letivo a direção dessas escolas já tinha sido assumida por policiais militares. Com isso, foi imposto aos alunos toda aquela doutrina militar: o começo da aula é com todo mundo no pátio, em fila, bate continência, tem vistoria para verificar se os estudantes estão de acordo com as normas da escola, o cabelo cortado, as meninas com o cabelo preso, uniforme, toda essa coisa que é bem da disciplina militar”, aponta Miriam. O regimento que normatiza a disciplina no interior dos colégios militares de Goiás dedica quatro de suas páginas para listar as atitudes consideradas transgressoras dentro dos colégios, que vão desde o uso de óculos com armações de cores “esdrúxulas”, cabelos e unhas “fora do padrão” e namoros até “ler ou distribuir, dentro do colégio, publicações, estampas ou jornais que atentem contra a disciplina, a moral e a ordem pública”, e “provocar ou tomar parte, uniformizado ou estando no colégio, em manifestações de natureza política”.

Censura, ‘esculachos’ e elitização

De acordo com uma professora de uma das escolas militarizadas da rede estadual de Goiás, que concedeu entrevista na condição de que sua identidade não fosse divulgada, a gestão militar tem significado menos problemas disciplinares entre os alunos, fazendo com que a maioria dos professores aprove a militarização. “Tem muita gente querendo ir para uma escola militar, para poder trabalhar sossegado”, revela, emendando: “Para aqueles professores mais conservadores, que acham que o aluno tem que sentar e obedecer, a militarização é boa demais. Mas para aqueles que vêem a educação como diálogo, desenvolvimento do senso crítico e democracia, a militarização é o caos”.

Ela se diz assustada com os métodos utilizados para manter a ordem no colégio. “Eles intimidam os alunos, principalmente aqueles adolescentes que costumam dar mais trabalho”, conta, e cita como exemplo o caso de um estudante que estava faltando muito às aulas. “Ele foi abordado pelos policiais dentro da escola, [eles estavam] atuando na condição de coordenação disciplinar. Aí chamaram a atenção, dizendo que ele tinha que vir para a escola, etc. No momento em que o aluno saiu do prédio, ele foi abordado na esquina do colégio por policiais, dessa vez agindo daquele jeito da PM: colocando o estudante com a mão na parede, dando um esculacho”, revela.

Embora a coordenação pedagógica permaneça na mão de servidores civis nas escolas militarizadas, ela afirma que também há constrangimentos para o trabalho dos professores por conta da vigilância constante de policiais militares. “Eu tive a oportunidade de presenciar quando um capitão, membro da coordenação disciplinar da escola onde trabalho, interrompeu um professor que estava dando aula para dizer que não houve golpe de 1964, o que houve foi a revolução de 1964. Ou seja, não se pode falar em ditadura militar dentro da escola militar”, critica.

Rafael Saddi, professor de história da UFG que coordena um projeto de iniciação em docência dentro de uma escola da PM, argumenta que a militarização traz uma série de outros problemas, como a destinação de 50% das vagas nas escolas

sob gestão militar para os filhos de policiais militares. “Das vagas restantes, metade é selecionada por sorteio e metade por meio de uma prova, onde acabam entrando aqueles alunos com uma condição econômica melhor”, diz ele, que acrescenta que essa não é a única característica que contribuiu para a elitização das escolas militarizadas. Outra delas é a obrigação do uso da farda, que tem um custo proibitivo para muitas famílias. Segundo a professora da escola militarizada de Goiás, o uniforme do ano passado na escola custava R\$ 640.

As escolas ainda cobram uma mensalidade, que vai de R\$ 50 a R\$ 150. “Eles não falam que é mensalidade, que é proibida, falam que é uma contribuição voluntária. O que eles fazem? Aprovam no Conselho dos pais, que é metade formado por militares, e cobram essa taxa mensal. Na verdade cobram taxa para tudo. Um aluno que perde uma prova, por exemplo, precisa pagar uma taxa para fazer uma segunda chamada”, aponta Rafael. Consequência disso é que, após a militarização, alguns estudantes estão tendo que mudar de escola, muitas vezes para bairros distantes de suas casas, por não terem condições de arcar com os custos. “A gente teve caso aqui de mãe que tinha três filhos matriculados numa escola que foi militarizada e teve que procurar outra escola porque ganhava um salário mínimo e não conseguia pagar. Muitos passam a ter que mandar seus filhos para regiões afastadas, e a gente ainda não sabe como isso vai impactar na evasão escolar. É muito grave”, alerta ele.

Por outro lado, a cobrança das mensalidades faz com que as escolas militares tenham mais dinheiro para investir em coisas como a reforma da infraestrutura e o pagamento de gratificações aos professores. “A estrutura das escolas militares é excelente. Tem tudo que você imaginar. E a minha, que não tinha uma estrutura muito boa, nesse um ano e meio já melhorou bastante”, ressalta a professora da escola militarizada. Para

Rafael Saddi, esse investimento, aliado à disciplina imposta pelos militares, é um fator que ajuda a entender a popularidade das escolas. “Tem escolas com mais de dois mil alunos que pagam R\$ 100 por mês. Então elas conseguem fazer uma quadra boa, conseguem fazer viagens com os alunos, pagam professores especialistas em Enem. Isso efetivamente vai construir o seu respaldo social. Enquanto as outras estão caindo aos pedaços, as escolas da Polícia Militar estão limpas, pintadas”, compara.

Outro argumento utilizado para defender a militarização é o que aponta uma suposta relação entre a gestão militar e os bons resultados no Ideb, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Para Heleno Araújo, diretor de assuntos educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), escolas que optam por fazer o caminho inverso, ampliando os mecanismos de gestão democrática, conseguem atingir resultados similares. “A LDB [Lei de Diretrizes e Bases] consagrou o princípio da gestão democrática da escola pública, um instrumento importante para que a escola tenha um conselho escolar deliberativo, autonomia para organizar seu projeto político-pedagógico por meio de assembleias escolares e coordenar seu processo de escolha da direção”, enumera. Para ele, estes são elementos que ajudam a ter dentro da escola um processo de participação social, envolvendo trabalhadores, alunos, responsáveis e a comunidade local na administração escolar. “Se você pegar o Ideb vai ver que muitas das escolas com bons resultados têm grande participação da comunidade escolar na sua gestão. Só que é um trabalho imenso, que muitas vezes não se quer enfrentar. Se prefere a imposição de um modelo autoritário de cima para baixo porque acham que resolve mais rápido. Mas na verdade se está construindo uma escola e uma sociedade cada vez mais embrutecida”, opina Heleno.

Modelo é exemplo para outros estados

A militarização de escolas vem sendo alardeada como uma experiência exitosa do governo goiano na educação. Lucine Almeida, diretora de assuntos educacionais do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí (Sinte/PI), conta que foi depois de uma viagem para conhecer a experiência em Goiás e em outros estados que a secretária de Educação do Piauí, Rejane Dias, esposa do governador Wellington Dias (PT), passou a defender a adoção do modelo. “Ela voltou maravilhada, destacando em entrevistas a questão da obediência, dizendo que era o sonho de qualquer mãe colocar o filho numa escola militarizada”, destaca ela. Em 2015, a Secretaria de Educação e Cultura inaugurou o primeiro colégio da Polícia Militar do Piauí, a Escola Estadual Governador Dirceu Mendes Arcoverde. “Era a ‘menina dos olhos’ da secretaria, que tinha um planejamento de expandir o projeto para regiões com maiores índices de violência e vulnerabilidades. Fica num bairro de classe média alta de Teresina, teve um investimento alto do governo estadual, e foi inaugurada com ampla divulgação da mídia, até como forma de convencimento da população de que aquela era a escola ideal”, aponta a diretora do Sinte. Em abril do ano passado, no entanto, o Ministério Público estadual recomendou a suspensão do projeto de implantação de escolas geridas pela PM. O pedido veio após uma representação apresentada ao MP pelo Fórum Estadual em Defesa da Escola, contrário à proposta. Segundo Lucine, a interferência do Ministério Público não significa o fim do projeto. “Sabemos que a qualquer momento ele pode ser retomado”, diz.

Em Rondônia, Fátima Gavioli, secretária de Educação do governo de Confúcio Moura (PMDB) – que tem em seu currículo passagem pela Polícia Militar – afirmou que pretende conceder a gestão de dez escolas para a PM. A declaração foi feita após reunião no começo de novembro com o deputado estadual e ex-PM Jesuíno Boabaid (PMN), defensor da militarização. “Há um pré-projeto de militarização de escolas na

Assembleia Legislativa, mas a secretaria já está implantando, sem ter feito nenhum debate prévio com a sociedade”, reclama Claudir Mata, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia (Sintero). “Estamos recebendo denúncias de que em escolas de Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena já foram feitas reuniões com a diretoria para informar que a gestão vai ser militarizada a partir de 2017”, revela. Segundo ela, o sindicato pediu audiência com a secretaria para debater a proposta, mas ainda não foi atendido. “Somos totalmente contrários à militarização. A gente precisa trabalhar para a escola ser um espaço de democracia, de conscientização e de responsabilidade deste aluno e não apenas um espaço para que ele aprenda a obedecer ordens”, critica Claudir.

A militarização começa a aparecer também como proposta para a gestão de escolas municipais. No Rio de Janeiro, o principal defensor da gestão militar de escolas é um vereador cujo sobrenome já se tornou sinônimo do que há de mais retrógrado na política brasileira atual e que foi o mais votado nas eleições municipais de 2016. Carlos Bolsonaro (PSC) encaminhou, em agosto de 2015, um ofício ao poder executivo sugerindo a concessão da gestão de escolas municipais para instituições militares como forma de lidar com a criminalidade e a suposta baixa qualidade do ensino oferecido. “Trata-se de modelo de educação pautado na disciplina, valores éticos e morais, orientando as gerações no caminho reto do saber, do dever e do amor à Pátria”, defendeu o vereador, citando a militarização em Goiás como exemplo. Candidato do PSC à prefeitura do Rio nas eleições municipais do ano passado, Flávio Bolsonaro, irmão de Carlos, defendeu durante sua campanha a militarização das escolas “mais indisciplinadas” da rede municipal.

Monitoramento e intimidação contra ocupações

Não é sem resistência de professores e estudantes que essas medidas autoritárias vêm sendo impostas, e aqui mais uma vez o estado de Goiás se mostra um campo fértil para observar de que modo o Estado vem se instrumentalizando para enfrentar seus opositores. O movimento de ocupações de escolas organizado por estudantes e professores contra a proposta de concessão da gestão de escolas goianas para as OSs e contra a militarização ganhou projeção nacional em 2015. No auge do movimento de ocupações de secundaristas contra a reforma do ensino médio em 2016, quando mais de mil escolas estavam ocupadas em todo o Brasil, não havia nenhuma ocupação em Goiás. Para Rafael Saddi, isso se deu pela forma brutal com que a PM, a mando do governo do estado, desocupou as escolas em 2015 e passou a monitorar alunos e professores que atuaram no movimento.

Uma reportagem de outubro da Ponte Jornalismo revelou a existência de um grupo de *Whatsapp* formado por diretores de escolas e membros da Seduce, da PM, da Polícia Civil do setor

de inteligência da Secretaria de Segurança Pública e da Administração Penitenciária, com o objetivo de vigiar estudantes e professores envolvidos em movimentos de contestação ao governo do estado. Rafael Saddi afirma que sua militância contra as propostas para a educação do governo de Marconi Perillo fez dele um alvo deste aparato de vigilância. Ele vinha escrevendo textos de denúncia do que chama de “máfia das OSs” no estado. “Os presidentes, sócios das OSs que estavam participando [das licitações] tinham vínculos com o PSDB, e respondiam a processos por fraude de licitação, desvio de dinheiro”, denuncia. Depois disso ele conta que seu nome começou a aparecer em jornais do estado como um dos líderes do movimento de ocupações. “Aí não tive mais sossego”, conta o professor da UFG, que sustenta que começou a notar que estava sendo seguido. “Uma vez estava dando carona para duas alunas saindo de uma manifestação quando uma delas percebeu que tinha uma moto me seguindo e disse ‘freia’. Eu freei com tudo, a moto freou também e ficou parada, esperando. No que eu continuei parado, ela virou e foi embora pela contramão”, diz Rafael.

O professor também conta que quase todo dia recebia uma notificação avisando que seu email havia sido invadido. Pouco depois, foi detido durante a desocupação do Colégio Estadual Ismael Silva de Jesus, em janeiro, realizada às 5:30 da manhã com os estudantes, muitos com 16 anos, sendo expulsos a pontapés pela polícia. “Recebi uma mensagem dizendo que os estudantes estavam na porta do colégio machucados e fui para lá. A ideia era ir para o IML e para o Ministério Público denunciar essa agressão. Estava a caminho, com três alunos no carro, quando três carros vermelhos, que não eram viaturas, me fecharam, e um dos motoristas saiu e botou uma arma na minha cabeça e me deu voz de prisão, me acusando de crime organizado, aliciamento de menores, dano qualificado e furto”, conta Rafael, para quem a repercussão do caso acabou contribuindo para que fosse liberado. “Mais de 100 pessoas foram presas durante a luta contra as OSs. E todos esses, de alguma forma, estão respondendo a processos. Com isso você vai tirando as pessoas da luta, porque o cara fica com medo de ser preso de novo e a isso se juntar outro processo e ele ir se complicando. Assim eles estão conseguindo, pela repressão, barrar as ocupações”, alerta Rafael, que foi detido mais duas vezes, sempre no contexto do movimento das ocupações de escolas. “É claramente uma tentativa de criminalização. E o mais assustador é que os estudantes que ocuparam estão hoje submetidos a uma perseguição profunda, dentro e fora da escola. Há vários relatos de jovens que são seguidos na rua, agredidos, além de serem monitorados constantemente dentro da escola para que não voltem a se organizar”, revela.

A Poli entrou em contato com a assessoria de comunicação da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás solicitando uma resposta às críticas feitas à militarização pelos educadores ouvidos pela reportagem, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição. O



Já era a noite do dia 29 de novembro de 2016 quando os jornais divulgaram uma decisão do STF que “abria brecha” para a descriminalização do aborto realizado até o terceiro mês de gravidez. Mal começava a madrugada do dia 30 quando uma nova notícia foi anunciada: o presidente da Câmara dos Deputados instalou uma comissão para rever essa decisão. “Sempre que o Supremo legislar, nós vamos deliberar sobre o assunto”, disse Rodrigo Maia (DEM-RJ), abrindo mais um capítulo de uma relação que tem se tornado cada vez mais tensa entre os poderes da República. E no centro desse debate está o papel do Supremo Tribunal Federal, órgão de cúpula do poder judiciário brasileiro.

Não é um caso isolado. Em 2011, por exemplo, o Supremo experimentou polêmica parecida, quando reconheceu a união estável entre homossexuais. Neste exato momento, aguardam apreciação da Corte temas como os limites da judicialização da saúde – definindo as situações em que um usuário pode reivindicar medicamento ou tratamento na justiça – e a abrangência da terceirização do trabalho.

O STF é composto por 11 ministros indicados pelo presidente da República e aprovados pelo Senado. Devem ter idade entre 35 e 65 anos, “notável saber jurídico” e reputação ilibada”. O cargo é vitalício.

Para que serve?

O julgamento de “infrações penais comuns” cometidas por pessoas com foro privilegiado – como presidente e vice-presidente da república, parlamentares e procurador-geral – é de responsabilidade exclusiva do Supremo – daí a polêmica sobre as gravações de conversas telefônicas envolvendo a ex-presidente Dilma Rousseff, autorizadas pelo juiz Sergio Moro na Operação Lava Jato. Conflitos entre os entes federados e entre estes e outro país ou organismo internacional, além da extradição de estrangeiros, também são julgados pelo Supremo. Mas a Constituição também atribui ao STF o papel de “processar e julgar” demandas apresentadas por integrantes dos outros poderes e da sociedade civil organizada sobre qualquer tema, desde que se refiram a questões constitucionais. Isso se dá por meio das chamadas Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), que ‘provocam’ o Supremo a se manifestar sobre a constitucionalidade ou não de uma lei ou ato normativo.

Pelo menos três assuntos que ganharam destaque em 2016 foram objeto de ações como essas. Mais recentemente, o Psol apresentou uma ADI, ainda não julgada, contra a Medida Provisória 746, que institui a reforma do ensino médio. Durante as eleições municipais, a mesma legenda protagonizou outra batalha contra uma lei que, entre outras coisas, estabelecia que candidatos de partido com menos de dez deputados não precisariam ser convidados para os debates. Esse é o exemplo de um caso em que a decisão do Supremo – favorável à ADI – invalidou parte de uma lei aprovada no legislativo, por considerar que ela feria a Constituição Federal. Também em 2016, o indeferimento de duas Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADCs 43 e 44) gerou uma das maiores controvérsias jurídicas em relação a decisões do Supremo. A demanda era por uma orientação do STF de que as penas só podem ser aplicadas depois do julgamento em segunda instância. A Corte negou, criando o que, para os críticos da decisão, representa o fim da presunção de inocência no Brasil. E o julgamento de ADI e ADC tem “efeito vinculante”, o que significa que deve ser seguido por todos os juízes e tribunais do país.

Formalmente, o STF pode também declarar a “repercussão geral” de alguns casos julgados. Mas, mesmo fora dessas situações, tradicionalmente as decisões do Supremo acabam se tornando referência. É a essa ‘tradição’ que as manchetes dos jornais se referiam quando anunciavam a “brecha” aberta pela decisão relativa ao aborto.

Nesse caso, a ‘provocação’ veio ‘subindo’, a partir de uma ação judicial – um pedido de habeas corpus para profissionais de uma clínica clandestina de aborto – iniciada num tribunal do Rio de Janeiro, até chegar ao STF. Isso é possível quando, em algum momento do processo, uma das partes alega que a decisão envolvia uma “matéria constitucional”.

Segundo Alexandre Bahia, professor de direito constitucional da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), esse desenho é um “mix” de dois modelos: o europeu e o norte-americano. Em todos os casos, o papel desse Tribunal é “guardar a Constituição”. Mas ele explica que, nos Estados Unidos, a Suprema Corte julga a constitucionalidade das leis apenas a partir de casos concretos que vão subindo dos tribunais comuns. Já em países como Inglaterra e Alemanha, as Cortes Constitucionais não recebem recursos de outros processos, limitando-se a julgar pessoas que tenham situação equivalente ao foro privilegiado no Brasil e processos semelhantes ao que aqui se chama de ADI e ADC. “O STF, no final das contas, soma essas duas funções”, diz Bahia, lembrando que não foi sempre assim. “Até 1965, o STF era muito parecido com a Suprema Corte dos Estados Unidos”, diz, explicando que foi nesse ano que o Brasil teve sua primeira ‘Ação Direta de Inconstitucionalidade’ – entre aspas, ressalta, porque não era exatamente essa a nomenclatura. Isso inaugura o que ele caracteriza como um “controle de constitucionalidade concentrado no abstrato”, ou seja, decisões que não precisam se dar a partir do julgamento de um caso concreto. Essa novidade, no entanto, não fez muita diferença naquele momento, porque o país vivia em plena ditadura. “Mas vai ganhar uma importância muito grande a partir da Constituição de 1988, fazendo com que o STF ganhe uma projeção política muito grande”, explica.

Judicialização X ativismo

Outra diferença do Supremo pós-Constituição de 1988, na avaliação de Bahia, está na relação com os outros poderes. Segundo o professor, problemas existem desde a fundação da República,

mas, historicamente, em situações de conflito, o STF “se calava”. Ele conta que, na ditadura, o Executivo chegou a intervir na composição da Corte, aumentando ou diminuindo o número de juízes e forçando aposentadoria compulsória para que o presidente da época pudesse indicar novos ministros e garantir maioria. Remetendo-se a uma ditadura ainda mais antiga, Gisele Citadino, professora da PUC-RJ, lembra o fato de, em 1936, a Corte ter negado o pedido de habeas corpus que garantiria a permanência e o julgamento da militante judia Olga Benário no Brasil, endossando, assim, a decisão de Getúlio Vargas de entregá-la ao governo nazista. Na ocasião, a decisão sequer considerou o argumento de que a prisioneira estava grávida.

Alexandre Bahia acredita que, no último período de redemocratização, houve uma mudança: “Agora o STF enfrenta os outros dois poderes”, opina. A professora da PUC também não reconhece submissão por parte do Supremo, ao contrário: identifica uma postura ativa – e até progressista –, por exemplo, no julgamento de temas como aborto e união homoafetiva como uma forma de reação à omissão do Legislativo. Mas, do ponto de vista político, ela considera que o STF teve e ainda mantém uma postura “covarde”. “A Corte Suprema não pode ser apática, não pode se colocar como espectadora num momento tão difícil como esse”, critica.

Na base dessa relação está a diferença entre judicialização da política e ativismo judicial. Gisele explica que a judicialização da política é a resposta do judiciário a grupos que, por serem minorias, não têm seus interesses representados no Congresso. “Em qualquer lugar do mundo, alguém que se eleger para o Legislativo está pensando em agradar o seu eleitor. E se esse eleitorado é majoritariamente contra o casamento de pessoas do mesmo sexo, por exemplo, os homossexuais, que são minoria, nunca vão ter seus direitos reconhecidos nesse espaço.

Então, essa minoria judicializa o direito”, explica, avaliando que o STF está agindo certo quando responde a esse chamado. Alexandre Bahia lembra que desde 1995 tramita um projeto defendendo o que, na época, foi chamado de “parceria civil”. “Quem deveria estar falando sobre isso é o Congresso, mas ele não fala nem que sim nem que não. Fica inerte. E aí uma minoria tem seu direito à igualdade violado”, analisa, dizendo que, nesse caso, o STF está exercendo corretamente sua “função contramajoritária”.

Já o ativismo judicial estaria caracterizado, segundo Bahia, quando “o tribunal age para além daquilo para o qual ele foi chamado a falar, estabelecendo regras que não estavam exatamente no pedido que foi feito”. No recente julgamento sobre o aborto, por exemplo, o professor da UFOP reconhece os dois processos. “Quando o STF decide o caso, dizendo que a figura do aborto, do Código Penal de 1940, não foi recepcionado pela Constituição e que caracterizá-lo como crime viola uma série de princípios constitucionais, temos um caso de judicialização. Podemos concordar ou não com o mérito, mas eu entendo que isso está dentro do poder do Judiciário de decidir”, elogia. Mas completa: “No entanto, quando o [ministro Luís Roberto] Barroso diz que a criminalização do aborto seria inconstitucional se a gestação tiver até três meses, isso descamba para o ativismo judiciário porque, apesar de o Tribunal estar resolvendo um caso concreto, ele acaba por ‘abrir uma janela’ para uma regra ‘geral e abstrata’”. Mas isso não acontece em outros casos? “O problema é que o Barroso não tem elementos na Constituição para dizer isso. Aí está o ativismo”, explica, mostrando que a questão não é ser contra ou a favor da descriminalização do aborto. O problema do ativismo, nesse e em outros exemplos, é o Supremo ultrapassar o limite do que prevê a Constituição que ele tem a função de guardar.

“Holofotes”

Bahia acredita que o ativismo judiciário está muitas vezes influenciado por uma preocupação com a expectativa da sociedade, vocalizada pela mídia. E quando a Corte Suprema de um país passa a julgar não pelo que diz a Constituição mas pelo que a opinião pública espera dela, estamos, na avaliação do professor, diante de “um problema muito grave”. Dois exemplos claros são, segundo ele, a recente decisão que elimina a presunção de inocência e o julgamento da ação penal 470, conhecida como Mensalão. “Um dos ministros do STF chegou a afirmar em Plenário que estava julgando com a faca no pescoço, referindo-se à pressão dos órgãos de mídia que estavam em cima do processo”, conta. Na mesma linha, Gisele comenta que a decisão sobre a presunção de inocência foi tomada “com base no senso comum”, para responder aos “clamores da sociedade”. “Isso é apequenar a Corte Suprema”, sentença.

Parte desses problemas se explicam, segundo Bahia, pelo fato de o STF ter se colocado “nos holofotes”. Apontando o que considera uma “fragilização do Tribunal”, ele critica que ministros do Supremo estejam regularmente na mídia. “Juiz só pode falar nos autos. Essa história de ficar dando opinião, principalmente sobre processo em curso, mas também sobre situações políticas em geral, não é muito ortodoxo. Aliás, beira à ilegalidade”, avalia, apontando as consequências: “Ao se colocar para a opinião pública, um Tribunal está sujeito a ser ovacionado ou vaiado. E pensar que um ministro do STF pode tomar uma decisão pensando em como isso vai repercutir na mídia é muito sério. Muitas vezes ele tem que decidir a favor da Constituição e contra a opinião da maioria. É o que se espera de um ministro do STF”. ○

Catia Guimarães

(DES) FINANCIAMENTO DO SUS EM 8 MOMENTOS

Desde que foi criado, o SUS enfrenta um grave problema: faltam recursos. E os pesquisadores da área concordam: para tirar do papel princípios como universalidade, integralidade e equidade seria preciso muito mais investimentos públicos, principalmente por parte do governo federal. Ao longo de 28 anos, foram muitas idas e vindas:

1

DESDE O NASCIMENTO

Uma regra transitória da Constituição previa que a União deveria aplicar 30% do Orçamento da Seguridade Social em saúde. O percentual nunca foi respeitado.

2

CPMF

O argumento do governo FHC foi direcionar a arrecadação do tributo para a saúde, mas conforme os recursos entravam, o governo reduzia a participação de outras contribuições sociais no orçamento. Deixou de incidir em 2007.

3

EMENDA CONSTITUCIONAL 29

Em 2000 foi aprovada a emenda que vinculou as despesas federais com saúde ao crescimento do PIB e definiu os valores mínimos que deveriam ser alocados à saúde. De 2001 a 2004, a União deveria investir o valor do ano anterior corrigido pela inflação mais o crescimento da economia do país. A regra deveria ser aplicada até que a emenda fosse regulamentada.

RECURSOS DESVINCULADOS

No mesmo ano foi criada a Desvinculação de Receitas da União, permitindo à União aplicar 20% das receitas de tributos federais, que deveriam ir para áreas sociais, em qualquer despesa considerada prioritária – geralmente o pagamento da dívida pública. Em agosto passado, o Congresso ampliou esse valor para 30% e prorrogou a DRU até 2023.

REGULAMENTAÇÃO DE EC 29

O projeto original previa que a União deveria alocar 10% das Receitas Correntes Brutas para a saúde. O Congresso – articulado com o Executivo – mudou a regra para o valor empenhado no ano anterior corrigido pela variação nominal do PIB. A mudança foi vista como insuficiente.

REAÇÃO DA SOCIEDADE

Mais de 2 milhões de assinaturas foram recolhidas para um projeto de lei de iniciativa popular, o Saúde+10, que propõe a alocação mínima de 10% das Receitas Correntes Brutas da União para o SUS. A Câmara engavetou o projeto em 2015.

4

EC 86: NOVA REGRA

Em 2015 a emenda mudou o cálculo do mínimo que a União deveria destinar para a saúde, estabelecendo um escalonamento dos percentuais da Receita Corrente Líquida (RCL): de 13,2% em 2016 a 15% em 2020. Foi considerada um grande retrocesso. Já a PEC 01/2015, aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados em abril de 2016, amplia o escalonamento de percentuais da RCL – 14,8% no primeiro ano de vigência a 19,4% a partir do sétimo. A proposta aguarda para ser votada no plenário da Câmara.

5

6

TETO DE GASTOS

A PEC 241 é considerada o pior ataque ao financiamento das políticas sociais. Segundo o Ipea, se estivesse em vigor de 2003 a 2015, o governo federal teria deixado de investir R\$ 257 bilhões no SUS.

8

7



TRABALHO EDUCAÇÃO SAÚDE

Através do diálogo entre os três eixos que formam o título, o periódico científico editado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz busca contribuir para a consolidação da produção científica na área de Educação Profissional em Saúde.

**Trabalho, Educação e Saúde
está em acesso livre nos sites:**

www.scielo.br/tes

www.revista.epsjv.fiocruz.br

**Também se encontra
disponível no Portal de
Periódicos da Fiocruz:**

www.periodicos.fiocruz.br

Informações:

Tel.: (21) 3865-9850

E-mail: revtes@fiocruz.br

Confira o conteúdo do volume 14, número 3:

EDITORIAL

A almetria e a interface entre a ciência e a sociedade

Fábio Castro Gouveia

ENSAIO

Trabalho, racionalização e emancipação: de Marx ao marxismo, e a volta

Marcílio Rodrigues Lucas

ARTIGOS

Conselhos locais de saúde: caminhos e (des)caminhos da participação social

Edgar Andrade Lisboa, Francis Sodré, Maristela Dalbello Araújo, Bruna Ceruti Quintanilha e Sara Gonçalves Luiz

Formação para o SUS: uma análise sobre as concepções e práticas pedagógicas em Saúde Coletiva

Patrícia Ribeiro Mattar Damiance, Vera Lúcia Pamplona Tonete, Ana Maria Lombardi Daibem, Maria de Lourdes da Silva Marques Ferreira e José Roberto de Magalhães Bastos

Nas trilhas da utopia: tecendo o projeto político-pedagógico em um curso de nutrição

Carla Rosane Paz Arruda Teo, Solange Maria Alves e Luciara Souza Gallina

Política de formação e Educação Permanente em Saúde no Brasil: bases legais e referências teóricas

Renata Lúcia Gigante e Gastão Wagner de Sousa Campos

Avaliação da educação permanente no processo de trabalho em saúde

Luiz Anildo Anacleto da Silva, Sandra Marcia Soares Schmidt, Helena Carolina Noal, Eduarda Signor e Iris Elizabete Messa Gomes

Desafios e potencialidades do processo de Educação Permanente em Saúde

Cristiane Peres, Roseli Ferreira da Silva e Patrícia Carla de Souza Della Barba

Integrando educação e trabalho: o caso do Permanecer SUS da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia

Wilton Nascimento Figueredo e Renata Meira Vêras

Etnozoologia e educação ambiental para escolas da Amazônia: experimentação de indicadores quantitativos

Paula Cristina Reale Rosa Bastos, Maria das Dores Correia Palha, Maria de Jesus da Conceição Ferreira Fonseca (in memoriam) e Alanna do Socorro Lima Silva

A educação a distância na qualificação de profissionais para o Sistema Único de Saúde: metaestudo

Francisca Maria de Almeida Vargas, Mônica Cristina Nunes da Trindade, Gisele Damian Antônio e Marení Rocha Farias

Práticas de biossegurança no ensino técnico de enfermagem

Gerusa Ribeiro, Denise Elvira Pires de Pires e Magda Duarte dos Anjos Scherer

O lúdico, a escola e a saúde: a educação alimentar no gibi

Cláudia Sales de Alcântara e José Arimatea Barros Bezerra

A produção científica sobre terapia ocupacional: o silenciamento da relação trabalho-saúde

Renata da Silva de Faria, Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos e Daniele Masterson Tavares Pereira Ferreira

Humanização na formação e no trabalho em saúde: uma análise da literatura

Lucilene Martorelli Ortiz Petin Medeiros e Sylvia Helena Souza da Silva Batista

RESENHAS

Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho. Marcel van der Linden. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, 520 p.

Paulo Cruz Terra

Inserção social e habitação de pessoas com sofrimento mental grave. Juarez Pereira Furtado e Eunice Nakamura (orgs.). São Paulo: Editora FAP-Unifesp, 2014, 432 p.

Nina Soalheiro